

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	3
Título: Subvenção do óleo diesel	3
Título: Analistas veem PPI como chave para investimentos.....	3
Título: Disputa pelas privatizações no governo	4
Título: ANP questiona distribuidoras por preço da gasolina.....	7
Título: Senado negocia votar megaleilão se estados receberem	8
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	10
Título: BOTIJÃO DE GÁS.....	10
Título: Agência cobra queda da gasolina nos postos	11
Título: Militar vai comandar futuro Ministério da Infraestrutura.....	12
Título: Eletrobras diz que já pode vender distribuidoras.....	15
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	16
Título: » Devagar e sempre.	16
Título: ANP questiona por que preço da gasolina não cai	16
Título: Conta de luz subirá 1,3% para concluir Angra 3	18
Título: Tarcísio de Freitas vai para Infraestrutura	19
Título: Bolsa sobe 2,7% após dois dias seguidos de perdas; dólar cai 1,2%	20
Título: Megaleilão de petróleo é alvo de disputa entre Guedes, Guardia e o Congresso	21
Título: Dólar recua a R\$ 3,88 e Bolsa avança 2,74%	23
Título: ANP questiona distribuidoras	24
VEÍCULO: Valor Econômico.....	26
Título: Acordo para repartir bônus deve destravar cessão onerosa.....	26
Título: Guedes se reúne com TCU, mas divisão de recursos não entra em discussão	27

Título: Em fim de mandato, Temer emplaca indicações para agências reguladoras.....	29
Título: Petróleo impulsiona arrecadação de outubro	30
Título: Câmara libera indicações políticas em estatais e agências.....	32
Título: As relações do Brasil com a China.....	34
Título: Vamos retomar obras e acelerar concessões, diz futuro ministro	36
Título: Teto de gastos restringe investimentos na área, diz CBIC.....	38
Título: Entidades elogiam o 'conhecimento técnico' do indicado para ministério.....	41
Título: Setor terá mapeamento dos projetos a serem tocados nos 100 dias iniciais	42
Título: Destaques	43
Título: EDF firma acordo com Braskem por 20 anos.....	44
Título: Petrobras e Shell vão inaugurar laboratório.....	45
Título: Resolução do RenovaBio prevê mudança em cálculo de 'pegada de carbono'	47
Título: Destaques	48
Título: Petrobras sofre nova derrota em disputa bilionária no Carf	49

VEÍCULO: O Globo**Data: 28/11/2018****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Subvenção do óleo diesel**

Temer está sendo pressionado para antecipar de 31/12 para sexta, agora, o fim do programa de subvenção do óleo diesel, criado em maio devido à greve dos caminhoneiros e que deve custar aos cofres públicos uns R\$9,5 bilhões. Segundo o consultor Adriano Pires, por causa da queda do preço do diesel, a subvenção ficou negativa pela 1ª vez desde a criação do programa, variando entre R\$0,0436 e R\$0,0992.

VEÍCULO: O Globo**Data: 28/11/2018****Seção: Economia****Autor: Glauce Cavalcanti e Bruno Rosa****Título: Analistas veem PPI como chave para investimentos**

Para especialistas e empresários do setor, manutenção do programa ligado ao Planalto favoreceria planejamento de concessões

A definição do status do Programa de Parceria de Investimentos (PPI) está no centro das atenções de especialistas e empresários da área de infraestrutura, que o consideram essencial para impulsionar investimentos privados no setor e promover a retomada do crescimento da economia. Para eles, não importa se o programa estará sob o comando de um civil ou de um militar, mas que ele permaneça vinculado ao Planalto para manter planejamento estruturado de médio e longo prazos para gerar projetos atraentes aos investidores.

— Ligado diretamente à Presidência, o PPI fica em uma esfera supraministerial, com acesso mais direto a desdobramentos das ações tomadas no âmbito do governo e do programa — defende Venilton Tadini, presidente executivo da Abdib, que reúne empresas do setor de infraestrutura.

— Traz agilidade à execução de projetos e foge do loteamento de orçamentos por ministérios, o que quebra a estrutura de planejamento setorial, porque cada pasta é um feudo.

Para o especialista Cláudio Frischtak, à frente da Inter.B Consultoria, a estratégia do novo governo é clara:

— Existe a percepção de que havia muita corrupção no governo e que colocar militares apartados disso na gestão poderia romper esse ciclo vicioso. Mas o que importa é decidir quem vai comandar e definir o que e como será feito.

Por uma via ou outra, o próximo ano já seria visto como perdido pelo mercado, diz uma fonte do setor que prefere não se identificar:

— Tem que pensar a partir de 2020, quando virá o investidor, assinando o cheque. O ano que vem será de transição. Quanto mais técnicos os responsáveis pelo ministério (de Infraestrutura) e pelo PPI, mais rápido isso acontecerá. Outro empresário da área prevê resultados já em 2019: —Vamos saber o efeito das estratégias do novo governo quando as primeiras medidas forem enviadas para o Congresso aprovar, já em 2019, para o bem ou para o mal.

DÚVIDAS NA ÁREA DE ENERGIA

Há ainda pontos não esclarecidos. Para especialistas da área de energia, por exemplo, a demora na escolha do ministro do setor (Minas e energia) e do comando da Eletrobras por indefinições no novo organograma ministerial prejudica os planos dos investidores.

— É preciso mais clareza sobre como serão as divisões dos ministérios e o peso que as novas pastas e programas terão, como o PPI. O que vai estar no PPI exatamente? Energia e telecomunicações estarão lá ou não? Isso tudo acaba arrastando outras decisões, como os nomes para ministérios e estatais —disse uma das fontes.

A reestruturação do setor elétrico e da própria Eletrobras, que acumula dívidas bilionárias, também preocupa investidores do setor, como as empresas que esperam oportunidades nas áreas de geração e transmissão de energia.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/11/2018

Seção: Economia

Autor: Geralda Doca, Martha Beck, Mateus Coutinho e Eduardo Bresciani

Título: Disputa pelas privatizações no governo

Tarcísio de Freitas assume pasta de Infraestrutura, mas aliados querem programa de concessões

BRASÍLIA- O presidente eleito, Jair Bolsonaro, anunciou ontem o engenheiro Tarcísio Gomes de Freitas para o Ministério de Infraestrutura. Ele é o quinto nome ligado ao Exército no novo governo. Freitas serviu como Oficial do Exército durante 16 anos, período no qual trabalhou com obras de infraestrutura. A pasta vai absorver o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Freitas faz parte da equipe técnica do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que tem como missão fazer deslanchar os principais projetos da área de infraestrutura no país.

No entanto, ainda há uma disputa interna em torno do PPI, que tem uma carteira de mais de 40 projetos prontos para os primeiros cem dias da gestão de Bolsonaro com investimento previsto de R\$ 7 bilhões. Neste ano, estão encaminhados mais 17 projetos que somam R\$ 20,2 bilhões. Nos bastidores, auxiliares do novo presidente disputam quem vai ficar com o programa, que inclui leilões de óleo e gás, linhas de transmissão de energia e concessões de aeroportos, portos e ferrovias.

O futuro ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gustavo Bebiano, declarou que o PPI ficará subordinado à sua secretaria, indicando até o nome de um general para comandar o programa. No entanto, o martelo não está batido. Bolsonaro poderá anunciar hoje que o PPI ficará com o novo secretário de Governo, general Carlos Alberto dos Santos Cruz. Outra possibilidade seria o PPI ficar ligado diretamente ao vice-presidente, general Hamilton Mourão.

Para a secretaria especial do PPI pode ser indicado Adalberto Vasconcelos, que também já faz parte da equipe técnica do programa. Ele é auditor do Tribunal de Contas da União (TCU), com especialidade em regulação de serviços públicos e controle externo. Também estaria cotado para o cargo um major do Exército cujo nome não foi revelado.

Ontem, ao ser indagado sobre o PPI, Bolsonaro respondeu apenas que o programa seria um "quadrado", ligado ao Palácio do Planalto.

O destino do PPI foi discutido ontem pela equipe de transição. Segundo interlocutores, o anúncio oficial deverá ser feito hoje pelo novo presidente em seu perfil no Twitter. Técnicos do PPI temem um retrocesso no programa, caso ele seja comandado por um político. Eles lembram que o programa foi criado como um órgão independente e autônomo, conduzido pelo **ministro Moreira Franco**, na função de secretário do PPI. Quando Moreira assumiu a Secretaria-Geral levou informalmente o programa para sua alçada.

ATRAÇÃO DE INVESTIMENTO

O argumento é que o PPI é essencialmente técnico, sendo tocado no dia a dia basicamente por funcionários de carreira de vários órgãos, como os do Tribunal de Contas da União (TCU) e de agências reguladoras. Eles fazem a interlocução para reduzir embaraços e apressar os processos. Em um ano e meio, o PPI entregou 105 projetos, somando R\$ 236 bilhões em investimentos e R\$ 47 bilhões em bônus de outorga com leilões e concessões.

Ao falar sobre a indicação de Freitas para o Ministério de Infraestrutura, Bolsonaro afirmou que o governo só pretende começar uma obra se tiver recursos para concluí-la.

— Como regra, nós só começaremos novas obras se tivermos recursos para concluí-las. As obras que estão aí, mais de mil, que puderem ser concluídas, nós nos empenharemos. Sabemos da dificuldade orçamentária, mas temos que dar uma resposta a isso tudo — afirmou Bolsonaro.

O futuro ministro da Infra-estrutura afirmou que o foco da gestão será atrair os investimentos privados. Para isso, destacou, vai intensificar as parcerias em rodovias, ferrovias e em aeroportos.

— A recomendação é resolver os problemas de logística, entregar projetos, gerar desenvolvimento, emprego. Caminhar muito em conjunto com aquela pauta que já é hoje do PPI e resolver os problemas que são sabidos da infraestrutura nacional —disse Freitas.

Durante os dois anos e meio do programa, o novo ministro foi um dos principais vendedores dos projetos para os investidores estrangeiros. Viajou por vários países e fazia conferências com grupos de interessados no país. Freitas tem a lista de todos os projetos da carteira do PPI grudada na parede de sua sala e monitora de perto o andamento de todos os processos.

Ele comprou briga com o Ministério dos Transportes, que defendia concessões tapa-buraco de rodovias, apenas para a manutenção das estradas, diante da falta de recursos da União. Segundo ele, isso daria margem para corrupção. A medida não saiu do papel.

Também é um dos principais defensores dos planos do atual governo de renovação antecipada das concessões de ferrovias em troca de novos investimentos. Pela proposta, a Vale, por exemplo, terá que construir uma ferrovia para a União, fora de sua área de operação, em troca da renovação do contrato. O projeto enfrenta resistência de governadores e do Ministério Público Federal.

Freitas rejeita a comparação com a renovação das concessões de portos, que rendeu um processo judicial contra o presidente Michel Temer por suspeitas de

favorecimento em troca de pagamento de propina. Segundo ele, no caso das ferrovias, a renovação está prevista nos contratos.

EXPERIÊNCIA NO EXÉRCITO

Freitas serviu como Oficial do Exército durante 16 anos, período no qual executou obras de responsabilidade do Exército, entre elas a recuperação de rodovias, construção de aeródromos e terminais fluviais, além da construção de instalações militares. Migrou para a área civil e foi trabalhar como auditor concursado da Controladoria Geral da União.

Também foi engenheiro da Companhia de Engenharia Brasileira na Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah). Foi diretor executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) no governo de Dilma Rousseff, onde permaneceu de 2011 a 2015.

Além da queda-de-braço pelo PPI, há uma disputa política pela nova pasta, chamada até agora de Ministério do Interior — que vai aglutinar as pastas de Cidades e Integração Nacional. O Ministério das Cidades é alvo de cobiça por parlamentares porque a pasta é que seleciona e autoriza a contratação de obras de habitação, saneamento, infraestrutura urbana, urbanização de favelas, construção de creches, quadras — objeto de emendas parlamentares.

O Ministério das Cidades monitora 4.179 obras em todo o país, sendo R\$ 16,3 bilhões com recursos da União e R\$ 6,2 bilhões do FGTS. Segundo interlocutores, há pressão de parlamentares para que o atual ministro das Cidades, Alexandre Baldy assumo o novo ministério.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/11/2018

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa

Título: ANP questiona distribuidoras por preço da gasolina

Empresas têm 15 dias para explicar razão de redução de valor não chegar ao consumidor

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) solicitou ontem esclarecimentos às principais empresas distribuidoras de combustíveis do país informações sobre a política e o repasse de preços da gasolina aos postos. O órgão regulador pediu uma resposta em um prazo de até 15 dias.

O pedido ocorre após a pesquisa de preços da ANP ter revelado que, na bomba, a redução feita pela Petrobras às refinarias não chegou ao consumidor. Na edição de ontem, o GLOBO mostrou que, apesar de a Petrobras ter reduzido em 32,9% o preço da gasolina nas refinarias desde o fim de setembro, o combustível vendido nos postos do Rio caiu, em média, 1,5%.

"A Agência tem adotado várias medidas para dar maior transparência à formação de preços e solicitado informações dos agentes periodicamente. Dessa forma, foi observada a redução significativa de preços da gasolina pela Petrobras, sem que essa decisão tenha chegado ao consumidor final", complementou a ANP.

Uma fonte do setor ligada às distribuidoras disse que os preços no país são livres e que o repasse aos postos de combustíveis depende de políticas comerciais, que variam de acordo com as redes varejistas.

— Mas o repasse é demorado. Vai chegar ao consumidor em algum momento. Mas, assim como os postos, as distribuidoras têm suas margens também e ainda há toda uma cadeia de impostos que oneram o consumidor — disse essa fonte.

SÓ R\$ 0,10 NAS BOMBAS

A Plural, que reúne as empresas do setor, não quis comentar. Ontem, a ANP destacou mais uma vez as diferenças de valores ao divulgar seu último levantamento, indicando que, embora o preço final da gasolina tenha caído cerca de R\$ 0,51 nos dois últimos meses na refinaria, só R\$ 0,26 foram repassados pelas distribuidoras aos postos.

Assim, o consumidor final, por sua vez, somente constatou uma redução da ordem de R\$ 0,10 nos preços praticados na bomba. "O pedido atende à atribuição legal da Agência de zelar pela proteção do consumidor quanto a preços", disse a ANP.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/11/2018

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Senado negocia votar megaleilão se estados receberem

Temer deve editar medida para destinar 20% da arrecadação com petróleo, prevista em R\$ 100 bi, a governadores e prefeitos

BRASÍLIA- Senadores e integrantes do atual e do próximo governo estão próximos de entrar em acordo sobre como partilhar com estados e municípios a arrecadação de um megaleilão de petróleo do pré-sal. O presidente Michel Temer deve editar uma medida provisória (MP) para destinar 20% dessa arrecadação, prevista em R\$ 100 bilhões, a governadores e prefeitos. Quando isso ocorrer, o Senado colocará em votação um projeto que abre caminho para o leilão.

Para acelerar o processo, o Palácio do Planalto decidiu escalar o senador Romero Jucá (MDB-RR) como líder do governo. Derrotado nas eleições de outubro, o senador deixará o Congresso em dezembro, mas tem ampla experiência na condução de votações importantes e foi líder nos governos Fernando Henrique Cardoso, Lula e Dilma Rousseff.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, negocia com a equipe de transição de Jair Bolsonaro e com o Ministério da Fazenda desde a semana passada um acordo para beneficiar estados e municípios com recursos do leilão do pré-sal. A promessa de partilha foi feita pelo futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, a governadores. A principal resistência a essa medida vinha do ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, que defende a exigência de contrapartidas para a liberação dos recursos.

Jucá afirmou ontem que o dinheiro será dividido seguindo critérios dos fundos de participação de estados e municípios.

AÇÃO DA PETROBRAS SOBE 5%

O leilão de petróleo faz parte do acordo da cessão onerosa do pré-sal entre Petrobras e governo. Por meio desse contrato, a estatal adquiriu, em 2010, o direito de explorar cinco bilhões de barris de óleo numa área do pré-sal que fica na Bacia de Santos.

O petróleo que será leiloadado é o que excede essa cota adquirida pela Petrobras nessa área. Isso, no entanto, depende de uma negociação entre o governo e a estatal para revisar o contrato. É necessário aprovar o projeto em discussão no Senado para viabilizar tanto o leilão quanto a revisão do contrato com a estatal. A Petrobras irá receber uma parte da arrecadação como compensação pela revisão do contrato. Segundo Jucá, o restante do dinheiro será assim dividido: 10% para estados e 10% para municípios.

— Abatido o recurso que a Petrobras tema receber, 20% do saldo (para estados e cidades) — disse o senador.

Ontem, os papéis da Petrobras subiram na Bolsa influenciados por esse avanço nas negociações no Congresso. As ações ordinárias (ON, com direito a voto)

valorizaram 3,80% a R\$ 28,13, enquanto as preferenciais saltaram 5,56% a R\$ 25,60.

Jucá disse que também tentará votar ainda neste ano um projeto de lei que altera a Lei Geral das Comunicações. A aprovação da proposta é a principal reivindicação das empresas do setor. O senador estará à frente ainda das negociações para o Orçamento de 2019.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/11/2018

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: BOTIJÃO DE GÁS

Mercado Aberto

A Copagaz deverá investir ao menos R\$ 100 milhões no próximo ano. A maior parte do montante será aplicada em reformas em suas plantas de distribuição, segundo o presidente da empresa, Caio Turqueto.

A marca reduziu seus aportes previstos para 2018 após a greve dos caminhoneiros.

"Automatizamos dois terminais em ritmo mais lento que o planejado. A política de preços da Petrobras também teve impacto, e o consumo de gás não subiu como se esperava no segundo semestre", diz.

"No complexo de Suape, em Pernambuco, renovamos recentemente a licitação para uma área [de envase e distribuição de GLP] e aplicaremos R\$ 40 milhões na ampliação do terminal e da tancagem em 2019", afirma.

A empresa segue interessada em adquirir a distribuidora Liquigás, após o Cade reprovar a compra da distribuidora pelo grupo Ultra, em fevereiro.

"Compramos terrenos em Salvador e Cuiabá [onde a Liquigás atua] e iniciamos a terraplanagem, mas esperamos para ver se a privatização ocorrerá no novo governo."

INTERCÂMBIO COM ISRAEL

A Embrapii (empresa de pesquisa e inovação industrial) lançará nesta quarta (28) um edital para financiar, em parceria com Israel, projetos de pesquisa e desenvolvimento.

Serão US\$ 10 milhões (cerca de R\$ 38,7 milhões no câmbio atual) para novos produtos em áreas como energia, agricultura e internet das coisas pelos próximos cinco anos.

Está previsto um intercâmbio de tecnologias entre os dois países, além da exigência de que o projeto tenha impacto nos dois mercados, mas cada país financiará suas respectivas empresas.

O acordo segue os mesmos moldes de um já realizado com o Reino Unido, segundo Jorge Guimarães, diretor-presidente da Embrapii.

"Temos um outro em negociação um pouco mais lenta com a Alemanha, que deverá ser fechado em 2019", diz ele.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/11/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Agência cobra queda da gasolina nos postos

Órgão regulador do setor dá 15 dias para distribuidoras explicarem por que redução não chega ao consumidor final

Rio de Janeiro- As principais distribuidoras de combustíveis no Brasil terão até 15 dias para responder à ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e biocombustíveis) sobre os repasses de cortes no preço da gasolina nos postos, que têm ficado inferiores às reduções implementadas pela Petrobras em suas refinarias.

O preço médio da gasolina praticado pela Petrobras nas refinarias acumula queda de quase 20% em novembro, enquanto nos postos a redução medida pela ANP foi de 3,29%, entre o fim do mês passado e a última semana.

"Dessa forma, foi observada a redução significativa de preços da gasolina A pela Petrobras, sem que essa decisão tenha chegado ao consumidor final", disse a ANP

O pedido, segundo informou a ANP nesta terça-feira (27), atende à atribuição legal da autarquia de zelar pela proteção do consumidor quanto a preços, qualidade e oferta de produtos.

Em nota, a ANP reiterou que tem adotado várias medidas para dar maior transparência à formação de preços e solicitado informações dos agentes periodicamente.

Conforme a Folha noticiou na sexta-feira (23), os postos de gasolina não têm repassado a queda nos preços para as bombas, aumentando seus lucros.

A margem de lucro dos postos brasileiros com a venda de gasolina aumentou 27,2% desde que a Petrobras começou a reduzir o preço do combustível nas refinarias, de acordo com a ANP.

Essa alta é um dos fatores que vêm impedindo o repasse total da queda da gasolina ao consumidor, ao lado dos impostos estaduais, que ainda não acompanharam a redução.

Segundo a ANP, a fatia que fica com os postos chegou na semana passada a R\$ 0,542 por litro, o maior valor desde a virada de maio para junho, quando a paralisação dos caminhoneiros provocava problemas de abastecimento no país.

A principal distribuidora de gasolina no Brasil é a BR, controlada pela própria Petrobras, que respondeu por 24,14% de participação nas vendas no primeiro semestre deste ano.

Em segundo lugar está a Raízen, controlada pela Cosan e pela Shell, com 20,25% no mesmo período, e em terceiro está a Ipiranga, do Grupo Ultra, com 19,34%. Já o setor de postos é mais pulverizado, com milhares de revendas espalhadas pelo Brasil.

Procuradas, BR, Raízen e Ipiranga não responderam aos pedidos de comentários. A Fecombustíveis, que representa os postos, e a Plural, entidade que representa das distribuidoras, também não se pronunciaram.

Reuters

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/11/2018

Seção: Mercado

Autor: Talita Fernandes e Julio Wiziack

Título: Militar vai comandar futuro Ministério da Infraestrutura

Ex-diretor do Dnit, Tarcísio de Freitas assumirá pasta que será parecida com a atual de Transportes, Portos e Aviação Civil

Brasília- O presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), anunciou Tarcísio Gomes de Freitas para o Ministério da Infraestrutura, como será chamado o atual Ministério de Transportes, Portos e Aviação Civil.

Será o quinto militar a ocupar uma pasta no novo governo, que, até o momento, anunciou 15 pastas.

Oficial do Exército formado em primeiro lugar em sua turma pelo Instituto Militar de Engenharia, Freitas é o atual secretário de Coordenação de Projetos do PPI (Programa de Parceria em Investimentos), órgão criado pelo presidente Michel Temer e vinculado à Secretaria-Geral da Presidência da República.

Em entrevista logo depois de ter sido anunciado como ministro, Freitas afirmou que "a questão do superministério era uma ideia inicial" e que "Bolsonaro tinha desistido".

Segundo ele, não seria possível unificar diversos temas de infraestrutura em uma única pasta porque alguns temas são nacionais, e outros, locais. Por isso, a pasta será parecida com a dos Transportes.

Freitas também afirmou que está descartada a proposta de integrar as telecomunicações —que continuará no Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações.

"A recomendação é resolver problemas de logística. Caminhar muito em conjunto com a pauta de PPI", disse.

Antes de cuidar de projetos de privatizações e concessões de Temer, Freitas, como é conhecido, foi auditor de infraestrutura na Controladoria-Geral da União (CGU), função que exerceu até 2011, quando passou para o Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte), órgão ligado ao Ministério dos Transportes.

Foi diretor-executivo do Dnit até 2014, quando assumiu a direção-geral devido à "faxina" feita pela então presidente Dilma Rousseff, que exonerou o diretor-geral do órgão e outros funcionários investigados por um esquema de superfaturamento de obras e pagamento de propinas. Freitas permaneceu no órgão até 2015.

Depois disso, foi consultor da Câmara dos Deputados até ser indicado para o PPI, em maio de 2016.

No Exército, o futuro ministro atuou como chefe da seção técnica da Companhia de Engenharia do Brasil na Missão da ONU para a Estabilização do Haiti, pouco

depois da saída do general Augusto Heleno, que comandou a missão e hoje um dos aliados mais próximos de Bolsonaro.

A escolha do ministro da Infraestrutura pôs fim a dúvidas sobre o papel dos militares nesse setor. Como mostrou a Folha, a infraestrutura se tornou uma espécie de prova de fogo para a proposta de Bolsonaro de promover o fim das negociações políticas na destinação de verbas para obras, o conhecido toma lá dá cá.

Desde a campanha, Bolsonaro queria delegar essa área aos militares, mas vinha encontrando forte resistência de segmentos políticos e empresariais.

Com a declaração de Bolsonaro de pôr fim ao Ministério das Cidades, que distribui R\$ 11 bilhões em verbas para obras em redutos eleitorais de deputados e senadores, o **Ministério de Minas e energia** e o de Transportes, Portos e Aviação Civil se tornaram alvo de disputas entre políticos interessados em uma fatia dos R\$ 35,7 bilhões previstos no Orçamento conjunto dessas pastas para investimentos.

Representantes de partidos como MDB e PR tentavam nomear esses dois ministros em troca de apoio nas votações importantes no Congresso.

Pessoas que participam das discussões sobre a nova configuração do governo na área de infraestrutura afirmam que haverá mudanças no PPI.

No desenho anterior, o programa ficaria com o vice-presidente, general Hamilton Mourão. O advogado Gustavo Bebianno, futuro ministro da Secretaria-Geral da Presidência, chegou a afirmar, nesta terça-feira (27), que seria o responsável pelo programa, que, no dia a dia, ficaria a cargo do general Maynard Marques de Santa Rosa.

General da reserva, Santa Rosa já chefiou o departamento Pessoal do Exército durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ele foi exonerado pelo então ministro da Defesa, Nelson Jobim, depois de a Folha ter publicado trechos de uma carta na qual criticava a Comissão Nacional da Verdade.

Depois de muito debate, decidiu-se que o PPI ficará na Secretaria de Governo, e não mais com Bebianno. O diretor do programa ainda não foi definido.

A preocupação de militares e também da ala econômica de Bolsonaro é garantir a autonomia necessária para que o programa avance, acelerando o calendário de privatizações e concessões.

Como o PPI coordena a atuação de vários ministérios e órgãos da administração federal, precisa ser comandado por alguém ligado à Presidência. Não poderia ficar vinculado a outro ministério.

Além da infraestrutura, também houve nomeações na Agricultura. A futura ministra, a deputada federal Tereza Cristina (DEM-MS), anunciou que o novo organograma de sua pasta terá dois vice-ministros a quem responderão aos atuais secretários.

Os cargos serão ocupados pelo deputado Marcos Montes (PSD-MG), indicado para ser o vice-ministro-executivo, e o presidente União Democrática Ruralista (UDR), Nabhan Garcia, o futuro vice-ministro de assuntos fundiários.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/11/2018

Seção: Mercado

Autor:

Título: Eletrobras diz que já pode vender distribuidoras

São Paulo- A Eletrobras informou nesta terça-feira (27) que a decisão da 49ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro que tornou sem efeito uma assembleia referente à venda de distribuidoras da companhia foi suspensa.

"Diante disso, segundo avaliação jurídica, não há óbice de que se dê seguimento ao processo de desestatização das empresas de distribuição controladas pela Eletrobras", afirmou a estatal em comunicado.

A empresa já realizou a venda de quatro de suas distribuidoras neste ano. Restam as unidades do Amazonas, cujo leilão foi adiado para 10 de dezembro, e a de Alagoas, que está com o processo ainda suspenso por decisão do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal.

A decisão da Justiça foi tomada na semana passada, tornando sem efeito a 17ª assembleia-geral extraordinária da empresa, ocorrida em fevereiro deste ano.

O leilão da distribuidora no Amazonas estava inicialmente agendado para esta terça, mas teve a data de realização alterada.

Reuters

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 28/11/2018****Seção: Colunas****Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt, Fernanda Guimarães****Título: » Devagar e sempre.**

Coluna do broadcast

A produção de energia no Estado de São Paulo vem gradativamente subindo, o que reduz a dependência do maior parque fabril da América Latina de insumos geradores de energia de outras regiões do País. Segundo o Balanço Energético do Estado de São Paulo 2018, referente ao ano passado e publicado pela Secretaria de Energia e Mineração, a dependência de insumos externos caiu para 40,7%, enquanto a produção do Estado foi para perto de 60% do consumo. Em 2011, a dependência chegou perto de 51%.

» Energia limpa. O Estado de SP consumiu 27% de toda a energia utilizada no Brasil no ano passado. A participação de SP no consumo nacional de derivados de petróleo ficou em 21,6%. Já o uso de insumos energéticos renováveis teve a participação de 59,9% do bagaço de cana, 38,4% do etanol e 28,2% da eletricidade. Nos últimos 10 anos, São Paulo registrou uma queda significativa no uso de energias mais poluentes. O carvão teve a maior redução, de 99%. Já o óleo combustível apresentou uma queda de 60%.

COM LUCIANA COLLET

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 28/11/2018****Seção: Economia****Autor: Fernanda Nunes / RIO****Título: ANP questiona por que preço da gasolina não cai**

Preço na refinaria cedeu R\$ 0,51 por litro, mas para consumidor queda não passou de R\$ 0,10

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e biocombustíveis (ANP) quer saber das distribuidoras por que os preços dos combustíveis não caem nas bombas na mesma proporção que nas refinarias da Petrobrás. Pelas contas da agência reguladora, o litro da gasolina vendido pela estatal ficou R\$ 0,51 mais

barato nos últimos dois meses, mas as distribuidoras só repassaram R\$ 0,26 dessa queda e, para os motoristas, a redução não passou de R\$ 0,10.

Com o argumento de que faz parte das suas atribuições zelar pelo consumidor, a agência reguladora, em nota, informou que "tem adotado várias medidas para dar mais transparência à formação de preços e solicitado informações dos agentes periodicamente". As distribuidoras terão 15 dias para apresentar explicação. Segundo a ANP, "foi observada a redução significativa de preços da gasolina pela Petrobrás sem que essa decisão tenha chegado ao consumidor final".

A Plural, que representa grandes distribuidoras – como BR, Ipiranga e Raízen, parceria da Shell com a Cosan –, respondeu com perplexidade ao questionamento da ANP. "Os preços dos combustíveis são ditados pelo mercado, que é livre. Quem forma preço é o mercado. A Plural não trata disso, apenas do ponto de vista conceitual", afirmou Leonardo Gadotti, presidente da Plural.

Ele ainda complementa que a competição entre os postos de gasolina é acirrada, já que há mais de 40 mil deles espalhados pelo Brasil, e que o número de distribuidoras ultrapassa 150. A BR Distribuidora informou que vai avaliar o documento da ANP para responder no prazo e a Raízen não se pronunciou. Já a Ipiranga, por meio de sua assessoria de imprensa, informou que não recebeu nenhum pedido de esclarecimentos da agência em relação à sua política de preços.

"De todo modo, a empresa ressalta que opera em regime de livre iniciativa e concorrência, de acordo com a Lei 9.478/97 (Lei do Petróleo), sem exercer nenhuma interferência na determinação do preço bomba". A Ipiranga reforça que preza pela ética e transparência em todas as suas ações e relações", afirmou. A Fecombustíveis, que responde pelos postos revendedores, não quis comentar.

O preço da gasolina começou a cair nas refinarias da Petrobrás no dia 25 de setembro, seguindo movimento do mercado internacional. Passado o período de instabilidade geopolítica provocada pela sanção dos Estados Unidos ao petróleo do Irã, e diante do desaquecimento das principais economias consumidoras, as cotações da commodity e dos combustíveis iniciaram trajetória de queda.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 28/11/2018****Seção: Economia****Autor: André Borges / BRASÍLIA****Título: Conta de luz subirá 1,3% para concluir Angra 3**

Na avaliação da Aneel, País tem outras fontes de energia mais baratas e decisão sobre obra é política; Bolsonaro já sinalizou pela conclusão

A Agência Nacional de energia Elétrica (Aneel) afirmou que a decisão de concluir ou não a construção da usina nuclear de Angra 3 tem caráter essencialmente político, mas que o País possui uma série de fontes de energia com tarifas bem inferiores à que o governo pretende cobrar pela conclusão e operação da usina, que está com as obras paralisadas há mais de três anos no Rio de Janeiro.

Os técnicos calcularam os efeitos que a construção da usina teria no bolso do consumidor, caso seja aplicado o aumento da tarifa de Angra 3 aprovado em outubro pelo governo. Se o valor da energia saltar de R\$ 240/MWh para R\$ 480/MWh, como quer o governo atual, a conta de luz subiria imediatamente 1,35%. A indefinição sobre o futuro de Angra 3, que está com 58% de sua estrutura concluída, é uma das heranças deixadas pelo governo Temer.

O custo bilionário para concluir ou desmontar a usina levou o Tribunal de Contas da União (TCU) a abrir uma auditoria na Aneel para apurar a situação do empreendimento controlado pela Eletronuclear, estatal do grupo Eletrobrás. Em respostas encaminhadas pela Aneel ao TCU, técnicos da agência argumentaram que o País possui hoje uma série de fontes de energia que está sendo contratada em leilão em valores muito inferiores à nova tarifa de R\$ 480 o megawatt-hora (MWh) fixada em outubro pelo governo para concluir a usina.

"Pontuamos que os últimos leilões realizados demonstram a existência de ofertas de outras fontes de geração de energia com preços inferiores em quantidade compatível com Usina de Angra 3".

Política. A Aneel, no entanto, alegou que não cabe à agência opinar sobre a necessidade ou não de concluir a planta nuclear, item que foi questionado pelo TCU. "A essencialidade da usina nuclear de Angra 3, a nosso ver, envolve aspectos relacionados não somente ao setor elétrico, mas também questões afetas ao setor nuclear brasileiro, portanto, deve ser avaliada no âmbito de uma política pública", diz a agência. Bolsonaro tem sinalizado que tem a intenção de concluir a usina.

A ideia também é defendida por integrantes da cúpula de transição do governo, que veem na área nuclear uma tecnologia estratégica para o País. Angra 3 já consumiu ao menos R\$ 8 bilhões dos cofres públicos. Como informou o Estado em junho do ano passado, o custo de conclusão da planta nuclear já foi estimado em R\$ 17 bilhões. Por outro lado, desistir dela custaria R\$ 12 bilhões.

Projeto do período militar, Angra 3 começou a ser erguida em 1984. Suas obras prosseguiram até 1986. O projeto ficou paralisado por 25 anos, até ser retomado em 2009 pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e parou de novo por causa de denúncias da Lava Jato.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/11/2018

Seção: Economia

Autor: BRASÍLIA

Título: Tarcísio de Freitas vai para Infraestrutura

Atual coordenador da PPI, engenheiro formado pelo Instituto Militar foi escolhido para comandar Transportes, Portos e Aviação Civil

Atualmente um dos principais responsáveis pelo programa de concessões do governo federal, Tarcísio Gomes de Freitas foi anunciado ontem como o novo ministro da Infraestrutura. Oficial do Exército por 16 anos, ele hoje exerce o cargo de secretário de Coordenação de Projetos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). "Tarcísio Freitas é extremamente qualificado para desempenhar essa difícil missão", disse o presidente eleito, Jair Bolsonaro.

Formado em Engenharia pelo Instituto Militar de Engenharia (IME), Freitas já foi diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Antes desses postos, foi chefe da seção técnica da Companhia de Engenharia do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti. "Excelente escolha, conhece do assunto e tem boa formação e capacidade", elogiou o presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), César Borges.

"Pode acelerar os projetos desenvolvidos no PPI e incrementar importantes obras de infraestrutura de transporte." A estrutura a ser comandada por Freitas é a mesma que hoje se chama Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. "Essa questão do superministério de Infraestrutura era uma ideia inicial", disse Freitas logo após ter seu nome oficializado pelo presidente eleito, Jair Bolsonaro, em sua conta no Twitter. "À medida em que os estudos vão

avançando, vai-se percebendo qual é o desenho ótimo." Ele agradeceu ao general Oswaldo Ferreira pela forma como conduziu os estudos.

Núcleo duro. Como informou o Estado ontem, o Ministério de Desenvolvimento Regional deve ficar com área que hoje é do Ministério das Cidades e Integração Nacional e o **Ministério de Minas e energia** permanece com as competências que tem atualmente, explicou o futuro ministro. A pasta de Comunicações, por sua vez, continuará como está hoje, fundida à de Ciências e Tecnologia. A ideia inicial era reunir todas as pastas numa só.

A escolha de Freitas, do "núcleo duro" do programa de concessões, indica a importância que o programa deverá ter no futuro governo. "A ideia é trazer investimento privado para a infraestrutura", disse. "Vai ter mais concessões, mais PPPs (parcerias público-privadas)." No dia 31 de agosto, o PPI comemorou seu centésimo empreendimento concedido. Na ocasião, o agora futuro ministro disse ao Estado que elas geraram R\$ 43 bilhões em outorgas para o governo federal e mobilizaram investimentos de R\$ 153,9 bilhões.

O PPI, por sua vez, deverá permanecer sob o comando de Adalberto Santos de Vasconcelos. A estrutura deverá integrar a Secretaria de Governo, a ser comandada pelo general Carlos Alberto dos Santos Cruz. Nos últimos dias, houve disputa interna pelo comando da estrutura. O futuro secretário-geral, Gustavo Bebbiano, reivindicava o comando do PPI com o futuro vice-presidente, Hamilton Mourão.

Havia ainda a possibilidade de o programa ficar no Ministério da Economia. A pasta, porém, deverá ficar com a venda de imóveis da União e desinvestimentos de empresas estatais. A escolha de Freitas e a permanência de Vasconcelos, dois técnicos respeitados pelo mercado, indicam a continuidade do programa de concessões. /LU AIKO OTTA, JULIA LINDER, LUISA MARINI, ESPECIAL PARA O ESTADO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/11/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: Bolsa sobe 2,7% após dois dias seguidos de perdas; dólar cai 1,2%

Moeda americana voltou a cair após intervenção do Banco Central, que ofertou US\$ 2 bilhões no mercado

Depois de dois dias seguidos de perdas, o Índice Bovespa encerrou o pregão de ontem em alta de 2,74%, aos 87.891 pontos. Impulsionado por fatores internos, o índice subiu na contramão da queda do preço do petróleo e do fraco desempenho das Bolsas de Nova York. O desempenho de ontem foi puxado principalmente pelas ações da Petrobrás, com as informações de que o projeto da cessão onerosa, que viabiliza um megaleilão de pré-sal, está avançando no Congresso.

Havia previsão de que o projeto fosse votado ontem no Senado, mas acabou ficando para hoje. Para Ernani Teixeira, analista da Toro Investimentos, a melhora do Ibovespa hoje reflete a expectativa positiva com o cenário doméstico, dado o descolamento recente dos mercados internacionais. Ele chama a atenção para a expectativa de que o próximo governo acelere a agenda de privatizações. Não à toa que as ações do "kit Brasil" foram destaque no dia.

Os papéis da Petrobrás registraram alta de 3,39 (ON) e de 5,28 (PN). As ações da Eletrobrás subiram 4,37% (ON) e 4,71% (PNB). Lá fora, o risco de uma nova rodada de tarifa dos EUA contra a China impôs relativa cautela nos mercados internacionais, com investidores mais temerosos sobre a trajetória do crescimento global. Em Nova York, os índices acionários oscilaram, com as ações da General Motors pressionadas por ameaças de Donald Trump de cortar subsídios.

Câmbio. Com a intervenção do Banco Central para segurar a cotação do dólar, a moeda americana terminou a terça-feira em queda de 1,24%, cotada a R\$ 3,87. Ontem, o Banco Central ofertou US\$ 2 bilhões em um leilão. Operadores ouvidos pelo Estadão / Broadcast atribuem o movimento a uma correção, após a alta tida como "exagerada" de anteontem, quando a moeda bateu os R\$ 3,92 no quarto dia seguido de alta, atingindo o maior patamar em quase dois meses.

Os US\$ 2 bilhões, que seriam ofertados em dois lotes, foram vendidos em uma única operação. Na segunda-feira, o dólar ganhou impulso principalmente por conta de um movimento de compra por parte de bancos, em antecipação ao calendário de envio de remessas por empresas ao exterior. / PAULA DIAS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/11/2018

Seção: Economia

Autor: Renan Truffi Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Título: Megaleilão de petróleo é alvo de disputa entre Guedes, Guardia e o Congresso

Pré-sal. Futuro ministro da Economia e o presidente do Senado, Eunício Oliveira, defendem repasse para os Estados e municípios de 20% dos R\$ 100 bilhões que devem ser arrecadados; Fazenda, porém, é contra partilha pois teme prejuízo para o Orçamento

As negociações em torno do megaleilão de pré-sal agravaram a crise entre o Congresso, o governo Michel Temer e a equipe de transição de Jair Bolsonaro. No centro do embate, está o repasse para Estados e municípios de 20% dos R\$ 100 bilhões que devem ser arrecadados com o leilão. Essa divisão de recursos é defendida pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, e tem o apoio do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, que considera que a verba extra reduziria a pressão dos governadores eleitos por socorro do governo federal.

Guedes quer condicionar a divisão dos recursos à aprovação de uma reforma da Previdência. O Ministério da Fazenda, no entanto, é contrário à partilha de recursos do leilão porque considera que a divisão prejudica o Orçamento de 2019 e obrigaria o governo atual a cortar mais despesas para se adequar à regra do teto de gastos, que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação. O ministro Eduardo Guardia é contra a divisão dos recursos sem uma contrapartida de ajuste fiscal dos governadores.

O projeto de lei que viabiliza a realização do megaleilão pode ser votado hoje no Senado, depois de o Planalto garantir a edição de uma medida provisória (MP) para a destinação da parcela a Estados e municípios. O senador Romero Jucá (MDB-RR) reassumiu a liderança do governo no Senado, com a missão de chegar a um acordo sobre a divisão dos recursos. Jucá ia se debruçar sobre o texto da MP com o objetivo de conseguir fazer o tema passar no Senado na sessão de hoje.

O que irritou a equipe de Guedes foi que, além da divisão dos recursos do megaleilão do pré-sal com Estados e municípios, outro projeto passou a ser usado como moeda de troca. De autoria do presidente do Senado, a proposta que amplia a renúncia de receitas para beneficiar empresas das áreas das Superintendências do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam) entrou na mesa de negociação para aprovação do projeto de lei da cessão onerosa – acordo fechado em 2010 entre a União e a Petrobrás, que permitiu à estatal explorar, sem licitação, 5 bilhões de barris de petróleo em campos do pré-sal na Bacia de Santos.

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, Eunício pressiona pela aprovação do projeto e quer que a proposta não seja vetada. A equipe de transição comandada por Paulo Guedes é contrária à ampliação de incentivos fiscais. O projeto de Eunício concede benefícios tributários a empresas localizadas nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste

(Sudeco). A versão original previa apenas a extensão, por mais cinco anos, do benefício à Sudene e Sudam. Ele acaba no fim de 2018.

Esse custo já é calculado em cerca de R\$ 5,6 bilhões ao ano.

Mas a ampliação da desoneração para incluir a Sudeco elevará o impacto sobre as receitas do governo a quase R\$ 8 bilhões por ano. Paralelamente à tramitação do projeto no Senado, Guedes foi ao Tribunal de Contas da União (TCU) para discutir a possibilidade de assinar a revisão do contrato que abre caminho para o leilão sem a aprovação do projeto no Congresso. Não há impedimento legal para isso, mas integrantes do governo temem que o TCU considere que a União foi lesada na revisão. "TCU não substitui o Congresso", criticou Eunício.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 28/11/2018

Seção: Economia

Autor: Bruno Santa Rita

Título: Dólar recua a R\$ 3,88 e Bolsa avança 2,74%

Após o Banco Central (BC) fazer dois leilões de linha de até US\$ 2 bilhões, o dólar voltou a cair, após a forte alta de 2,49% na última segunda-feira. Ontem, a moeda recuou 1,05% e fechou cotada a R\$ 3,877 para venda. Além disso, na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), o principal índice do pregão, o Ibovespa, teve um avanço de 2,74%, alcançando 87.891 pontos, puxado pela valorização de ações de bancos e da Petrobras.

No caso da estatal, os papéis preferenciais subiram 5,28%, após o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), anunciar que está próximo o fechamento de um acordo para aprovar a revisão do acordo de cessão onerosa, medida que vai permitir aumento das receitas da União e da Petrobras.

"O acordo está muito perto de ser fechado, eu espero que seja possível (votar) ainda hoje. Se chegar a informação até o fim da sessão, colocarei a matéria em votação", disse Eunício. O assunto, porém, acabou não entrando na pauta da sessão de ontem do Senado.

O texto, já aprovado na Câmara, autoriza a Petrobras a vender até 70% de direitos de exploração de petróleo na área do pré-sal. Eunício informou que, para submeter o tema ao plenário, aguarda respostas do governo atual e do eleito sobre a possibilidade de repartir o acréscimo de receita com estados e municípios. Além das ações da Petrobras, que têm grande peso no Ibovespa, o

índice refletiu a alta dos papéis de bancos, com destaque para os nominais do Banco do Brasil (2,77%) e os preferenciais do Itaú Unibanco (3,53%) e do Bradesco (3,34%).

Para o economista da NGO Corretora, Sidnei Nehme, a alta da bolsa não deve ter continuidade. “Enquanto o governo não resolve a crise fiscal, a bolsa deve ficar entre os 80 mil e 90 mil pontos. Ela reflete a performance da economia. Enquanto não tiver caixa, geração de emprego e consumo, ela fica nesse patamar”, afirmou.

Câmbio

No mercado de câmbio, os leilões de dólares promovidos pelo BC tiveram o efeito de melhorar a liquidez e acalmar o mercado. “O BC agiu prontamente em razão de uma turbulência e uma volatilidade vinda do exterior”, explicou o economista da BlueMatrix Renan Silva. Segundo ele, não há motivos internos que justifiquem uma forte alta como a vista anteontem. “A equipe do novo governo está sendo montada e o mercado tem aprovado os nomes indicados. Isso gera uma certa tranquilidade. Porém, para uma mudança mais forte no mercado, é necessário que se concretizem algumas promessas, principalmente, no campo fiscal”, explicou.

No entanto, segundo Silva, o dólar pode voltar a subir. “Os embates comerciais entre Estados Unidos e China continuam. Há alguns pontos de incerteza no exterior e ainda é difícil mensurar o impacto da saída do Reino Unido da União Europeia”, analisou. Ele indicou, no entanto, que não há sinais de pânico a curto prazo. “São turbulências normais de mercado. Além disso, há uma pressão natural nessa época do ano, quando empresas estrangeiras enviam royalties e dividendos para as matrizes fora do país”, ressaltou.

*** Estagiário sob supervisão de Odail Figueiredo**

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 28/11/2018

Seção: Economia

Autor:

Título: ANP questiona distribuidoras

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) quer saber das distribuidoras por que os preços dos combustíveis não caem nas bombas na mesma proporção que nas refinarias da Petrobras. Pelas contas da

agência reguladora, o litro da gasolina vendido pela estatal ficou R\$ 0,51 mais barato nos últimos dois meses, mas as distribuidoras só repassaram R\$ 0,26 dessa queda e, para os motoristas, a redução não passou de R\$ 0,10.

Com o argumento de que faz parte das suas atribuições zelar pelo consumidor, a agência reguladora, em nota, informou que “tem adotado várias medidas para dar mais transparência à formação de preços e solicitado informações dos agentes periodicamente”. As distribuidoras terão 15 dias para apresentar explicações. Segundo a ANP, “foi observada a redução significativa de preços da gasolina pela Petrobras sem que essa decisão tenha chegado ao consumidor final”.

A Plural, que representa grandes distribuidoras — como BR, Ipiranga e Raízen, parceria da Shell com a Cosan —, respondeu com perplexidade ao questionamento da ANP. “Os preços dos combustíveis são ditados pelo mercado, que é livre. Quem forma preço é o mercado. A Plural não trata disso, apenas do ponto de vista conceitual”, afirmou Leonardo Gadotti, presidente da empresa. Ele ainda complementou que a competição entre os postos de gasolina é acirrada, já que há mais de 40 mil deles espalhados pelo Brasil, e que o número de distribuidoras ultrapassa 150.

A BR Distribuidora informou que vai avaliar o documento da ANP para responder no prazo, e a Raízen não se pronunciou. Já a Ipiranga, por meio de sua assessoria de imprensa, informou que não recebeu qualquer pedido de esclarecimentos da agência em relação à sua política de preços.

“De todo modo, a empresa ressalta que opera em regime de livre iniciativa e concorrência, de acordo com a Lei nº 9.478/97 (Lei do Petróleo), sem exercer nenhuma interferência na determinação do preço na bomba”. “A Ipiranga reforça que preza pela ética e transparência em todas as suas ações e relações”, acrescentou a companhia.

A Fecombustíveis, entidade que responde pelos postos revendedores, não quis comentar a iniciativa da ANP.

O preço da gasolina começou a cair nas refinarias da Petrobras em 25 de setembro, seguindo movimento do mercado internacional. Passado o período de instabilidade geopolítica provocada pela sanção dos Estados Unidos ao petróleo do Irã, e diante do desaquecimento das principais economias consumidoras, as cotações da commodity e dos combustíveis iniciaram trajetória de queda.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/11/2018****Seção: Brasil****Autor: Vandson Lima | De Brasília****Título: Acordo para repartir bônus deve destravar cessão onerosa**

O acordo tríplice entre o Senado, o atual governo e a equipe do presidente eleito, Jair Bolsonaro, para a votação do projeto que trata da cessão onerosa do pré-sal está praticamente fechado.

Uma medida provisória deverá ser editada para que o Tesouro faça o repasse a Estados e municípios, na mesma proporção adotada nos fundos de participação (FPE e FPM, respectivamente). O montante ainda não está definido, mas deve ficar em torno de 20% do total do bônus de assinatura.

Com a costura ainda em andamento ontem, o Senado adiou para hoje a análise da matéria, que coincidirá com o retorno de Romero Jucá (MDB-RR) à liderança do governo no Senado.

Homem forte da gestão do presidente Michel Temer até fins de agosto, Jucá reassume a função, em substituição a Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). Ele já elegeu suas prioridades: além da aprovação imediata da cessão onerosa, terá como missão um acerto em torno da nova Lei Geral das Telecomunicação e o Orçamento para 2019.

Jucá deixou a liderança no fim de agosto, por discordar da forma de atuação do governo federal na crise na fronteira entre a Venezuela e Roraima, Estado que o senador representa. Ele defendia estabelecer um limite na recepção de refugiados e, preenchido o número, fechar a fronteira.

A saída de Jucá foi vista como uma tentativa de recuperar cacife político para conseguir sua reeleição no Senado. Ele acabou derrotado, perdendo uma das duas vagas, por uma diferença de apenas 426 votos. O senador ficará na liderança até o fim da atual legislatura.

Segundo Jucá, o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), e líderes partidários que participaram de reunião na Casa ontem, a ideia é, assim que confirmada a anuência de todas as partes, o Senado vote a proposta da cessão onerosa sem alterações, mas mediante um compromisso para que Estados e municípios recebam parte do bônus de assinatura. Chancelado no Senado da forma que está, o projeto seguiria diretamente para a sanção presidencial, encerrando a tramitação no Congresso Nacional.

"Estamos muito, muito próximos de um acordo. Estive com o ministro da Fazenda [Eduardo Guardia] e com o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes. Jantamos juntos inclusive. Estou esperando um retorno para confirmar se aceitam minha proposta. Aceitando, votamos a cessão onerosa sem alterações no Senado", relatou Eunício. A oposição, que votará contra a proposta, também comprometeu-se a retirar emendas apresentadas e liberar a deliberação da cessão onerosa, caso o governo edite a MP.

Líder do bloco de oposição, Lindbergh Farias (PT-RJ) havia apresentado emenda para que 50% do bônus de assinatura fosse para os entes, mas confirmou que vai retirá-la se o governo cumprir o compromisso de repartir 20% via medida provisória.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) apresentou, por meio do senador Wellington Fagundes (PR-MT), três emendas ao projeto: uma para manter a previsão de regime de partilha; outra tratando do bônus de assinatura, com divisão de 30% do montante igualmente com Estados e municípios; e por fim, para evitar dedução no Imposto de Renda do valor pago de royalties.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/11/2018

Seção: Brasil

Autor: Murillo Camarotto | De Brasília

Título: Guedes se reúne com TCU, mas divisão de recursos não entra em discussão

Em reunião com ministros do Tribunal de Contas da União (TCU), ontem, o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu o projeto de lei que trata da cessão onerosa do pré-sal e que está em tramitação no Congresso. Segundo ele, há um acordo com o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), para votar o texto. Guedes também teria confirmado a intenção de repartir com os governadores os recursos do leilão previsto para o ano que vem.

Ao contrário do que se pensava, contudo, a reunião no TCU não se dedicou à cessão onerosa. O tema foi apenas abordado de passagem por Guedes, que estava acompanhado de integrantes da futura equipe econômica e fez um apanhado das principais medidas que pretende tomar quando assumir o cargo.

Havia uma expectativa de que a equipe de transição do presidente eleito, Jair Bolsonaro, poderia dispensar o projeto de lei para assinar a revisão do acordo da cessão onerosa. Nas últimas semanas, integrantes da transição ouviram do TCU que a aprovação do PL não garantia a celeridade da análise, pelo órgão, do leilão das reservas excedentes.

Durante reuniões técnicas realizadas recentemente, integrantes da equipe de transição tomaram conhecimento da avaliação do órgão de controle, que atualmente analisa as bases da revisão do contrato, assinado em 2010.

O ministro José Múcio Monteiro, relator do processo, recebeu nesta semana um parecer técnico que diz que o **Ministério de Minas e Energia** não encaminhou informações suficientes para o TCU se manifestar a respeito da revisão do contrato.

Sem esses dados, o TCU não pode se manifestar sobre a revisão e, por consequência, sobre o leilão dos volumes excedentes, que o governo pretende realizar em 2019, com arrecadação estimada em R\$ 100 bilhões. "As duas coisas estão conectadas", disse uma fonte no tribunal.

Para emitir um parecer sobre a revisão do contrato de cessão onerosa, o TCU precisa receber, por exemplo, a minuta do aditivo, com os devidos valores resultantes da revisão, discriminado por bloco.

"Para que o TCU se pronuncie sobre a matéria, é necessário o envio complementar dos estudos técnicos e econômicos que embasaram a proposta de aproveitamento dos volumes excedentes nas áreas destinadas à produção da cessão onerosa, bem como de novas minutas de termo aditivo ao contrato", disse a fonte.

O cálculo dos valores referentes à revisão depende de algumas variáveis que estão descritas no texto do projeto de lei. O TCU argumenta que essas variáveis só foram para o PL porque não houve acordo entre o governo e a Petrobras, ou seja, os termos de um contrato entre duas partes estariam sendo definidos por um projeto de lei posterior.

O argumento do tribunal é de que os parâmetros previstos no projeto de lei poderiam ser incluídos no contrato sem a necessidade da aprovação pelo Congresso, e com a vantagem de evitar outros riscos que, na avaliação do TCU, seriam criados pelo projeto de lei.

Mesmo sem aprovação no Congresso, o tribunal poderia abrir processo para avaliar as condições do leilão antes do fim deste ano, evitando que o caso se enquadre em novas regras do órgão, que preveem até 150 dias para a liberação de publicação do edital, colocando em risco a realização do certame em 2019. O TCU garantiu, no entanto, que não consumirá necessariamente todo o prazo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/11/2018****Seção: Brasil****Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília****Título: Em fim de mandato, Temer emplaca indicações para agências reguladoras**

O governo conseguiu avançar com a aprovação de três indicações para as diretorias de agências reguladoras. A pouco mais de um mês para o fim do governo, o presidente Michel Temer conseguiu confirmar a analista de sistemas Elisa Bastos Silva para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a geóloga Débora Toci Puccini para a Agência Nacional de Mineração (ANM).

Resta apenas o plenário referendar o nome do agrônomo Moisés Queiroz Moreira para a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o que pode ocorrer em sessão programada para a tarde de hoje. Os três postulantes ao cargo passaram, ontem, por sabatina na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

O atraso na aprovação da nova Lei das Agências (PL 6.621/16), que deverá retornar ao Senado por ter sofrido alterações na Câmara, tem permitido ao governo aproveitar brechas na legislação para atender às últimas demandas dos aliados para ocupar os cargos ainda vagos.

O projeto de lei, que aguarda análise de recurso para votação em plenário, promete fortalecer os órgãos reguladores e frear as escolhas com viés meramente político. Com essa demora, o texto recebeu emendas parlamentares que flexibilizam critérios de indicação para empresas públicas, previsto na Lei das Estatais.

Com a confirmação de Elisa para a diretoria da Aneel, Temer conseguiu emplacar nomeação para todas as cinco cadeiras de comando da agência. A proposta de nova Lei das Agências prevê mandatos de cinco anos para os diretores em períodos não coincidentes. Isso impediria que o governante, no exercício do mandato eletivo, influenciasse na composição de toda a diretoria.

Com atuação no setor elétrico há 14 anos, Elisa seria a única a cumprir a exigência de experiência mínima de cinco anos prevista no projeto. Ela atua, desde 2015, na assessoria de assuntos econômicos do **Ministério de Minas e Energia**. Iniciou carreira no setor em 2004 na Celg, da Enel.

Durante a sabatina, nenhum senador contestou a qualificação das escolhas para o comando das agências. A análise dos currículos registrou que as indicações

para Anatel e ANM enfrentam problemas com a Justiça. Moreira é citado em dois processos que tramitam na Justiça de São Paulo. Débora é ré em ação penal decorrente de investigação do Ministério Público do Rio.

O indicado para Anatel é ligado ao ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, e ocupa no órgão o cargo de secretário de radiodifusão. Na sabatina, ele disse que confia em sua absolvição, pois em uma das ações foi apenas citado para que o processo não prescrevesse e na outra é investigado por ter assinado um aditivo contratual que não envolveu qualquer ordem de pagamento. Ambos os casos envolvem o período em que ele atuou na Secretaria de Saúde de São Paulo.

Já a indicada para o ANM afirmou que "não procede" a acusação contra ela, que é funcionária do Departamento de Recursos Minerais do Rio de Janeiro (DRM-RJ). Ela foi acusada de emitir laudo com dados "incompletos" e "enganosos" sobre projeto portuário no litoral do Estado. Isso afastou a geóloga do exercício da função de diretora do DRM.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/11/2018

Seção: Brasil

Autor: Fábio Pupo e Edna Simão | De Brasília

Título: Petróleo impulsiona arrecadação de outubro

Com a alta do preço do barril no mercado internacional e a valorização do real ante o dólar, os royalties de petróleo puxaram a arrecadação federal em outubro. Enquanto o recolhimento de tributos administrados cresceu em termos reais apenas 0,14% no mês em relação a um ano antes (para R\$ 120,31 bilhões), as receitas não administradas (incluem os recursos oriundos de óleo e gás) avançaram 77,5%, para R\$ 11,571 bilhões.

Os dados confirmam a tendência registrada nos meses anteriores, que já mostravam os recursos de óleo e gás compensando o baixo ritmo das receitas com recolhimento de impostos. Desde agosto, as administradas têm variação menor que um dígito na comparação com um ano antes (em setembro, chegou a haver queda nos números).

Os técnicos da Receita Federal defendem que o crescimento da arrecadação de tributos poderia ser melhor caso fossem desconsiderados efeitos não recorrentes que impulsionaram os números no ano passado e, por isso, afetaram a base de comparação. Com isso, o aumento real das administradas passaria dos reportados 0,14% para 4,57%. Para chegar ao número, o Fisco

deduz os programas de regularização tributária (os chamados Refis) e as mudanças nas alíquotas de PIS/Cofins sobre combustíveis.

Claudemir Malaquias, chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros, afirmou que, desconsiderando os efeitos não recorrentes, a receita administrada mostra avanço, influenciada principalmente pelo comportamento da economia. "Grande parte do resultado da arrecadação é explicada pela recuperação da atividade", disse. Entre os indicadores citados por ele como favoráveis, estão as vendas de bens e serviços e o nível da massa salarial. Com isso, a arrecadação total fechou outubro com crescimento real de 4,12%, para R\$ 131,9 bilhões.

Apenas a produção industrial não ajudou no mês. As dificuldades financeiras de países vizinhos, especialmente da Argentina, reduziram as vendas brasileiras ao exterior, com impacto na arrecadação. "A indústria teve revés no mês em razão de fatores externos, com recuo nas exportações", afirmou Malaquias.

No acumulado de janeiro a outubro, as receitas não administradas (grupo que inclui os royalties) também subiram significativamente acima das demais. Em termos reais, elas cresceram 54,1% (para R\$ 52,5 bilhões). Já as administradas tiveram uma expansão real de 4,5% (para R\$ 1,1 trilhão). Com isso, a arrecadação total atingiu R\$ 1,2 trilhão no acumulado do ano, o melhor resultado para o período desde 2014. O aumento real ante mesmo período de 2017 foi de 5,98%.

Desconsiderando efeitos não recorrentes, as administradas registram crescimento real de 3,73% no ano. A arrecadação foi impulsionada pelo crescimento real de 21,4% do recolhimento de Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre Lucro líquido (IRPJ/CSLL), para R\$ 101,5 bilhões. O comportamento dos dados reflete a melhora da perspectiva de resultado das empresas e a redução nos valores que podem ser compensados pelas empresas devido a alterações na legislação.

Segundo Malaquias, um outro fator que contribuiu para o avanço neste ano foram ações especiais de cobrança executadas pela Receita e um acompanhamento mais próximo de grandes contribuintes e daqueles que aderiram a programas de Refis - o que já produziu R\$ 85,1 bilhões em recolhimentos neste ano.

"Ações mais enérgicas da fiscalização da Receita estão fazendo com que a arrecadação tenha um crescimento acima do avanço esperado para o PIB", resumiu.

Na semana passada, a equipe econômica reduziu de 1,6% para 1,4% a previsão de crescimento econômico do país. A medida levou a Receita Federal a também revisar a projeção de recolhimento de receitas administradas. A estimativa foi reduzida de 3,45% para 3,22%. Com isso, a tendência é que nos dois últimos meses do ano a receita tenha uma acomodação maior para convergir para esses números.

"Houve mudança nas perspectivas do ano, com crescimento um pouco menor do PIB e outras variáveis, como câmbio - que afeta dados do comércio exterior", complementou o coordenador de Previsão e Análise da Receita, Marcelo de Mello Gomide de Loures.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/11/2018

Seção: Política

Autor: Raphael Di Cunto | De Brasília

Título: Câmara libera indicações políticas em estatais e agências

Com apoio de toda a base do governo Temer e de um partido da oposição, a Câmara dos Deputados rejeitou ontem recurso contra a votação conclusiva, pela comissão especial, do projeto de lei (PL) de fortalecimento das agências reguladoras, e liberou novamente as indicações de políticos e seus parentes nas próprias agências - o que o PL visava coibir - e nas empresas estatais, que estão proibidas de contratar dirigentes partidários desde 2016.

A proibição de que dirigentes partidários e parentes de políticos com mandato ocupassem a presidência, diretorias e cargos em conselhos das empresas estatais foi uma das medidas mais celebradas do governo Temer, aprovada como uma resposta aos desvios investigados na Petrobras pela Operação Lava-Jato.

A manobra para liberar novamente as indicações políticas, antecipada pelo **Valor** na semana passada, foi articulada pelos deputados e senadores que perderam a eleição e tentam arranjar um cargo nas empresas estatais federais ou estaduais. O texto será encaminhado agora para que o Senado decida qual das duas versões valerá - se a liberação das indicações políticas ou o veto. As conversas em curso ontem eram de que os senadores - a maioria não reeleitos - aprovarão rapidamente a versão da Câmara e mandarão para sanção do presidente Michel Temer - que também tem uma série de aliados que ficarão sem cargo.

A Lei de Responsabilidade das Estatais proíbe que a "pessoa que atuou, nos últimos 36 meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral" e seus familiares de até terceiro grau de ocuparem cargos de comando em empresas geridas pelo Estado.

O projeto aprovado pela Câmara ontem foi votado pelo Senado em 2016 para estender essa restrição às indicações políticas para as agências reguladoras, que são responsáveis por regular e fiscalizar atividades econômicas como a exploração da água, energia elétrica, petróleo, planos de saúde e mineração.

Os deputados, contudo, alteraram o projeto ainda antes da eleição para liberar as indicações políticas. O relator do PL, deputado Danilo Forte (PSDB-CE), defendeu que não fazia sentido tratar dirigentes partidários de forma diferente dos demais cidadãos. "Não podemos discriminar segmentos da sociedade. Se o Brasil travou, não gerou emprego, foi por causa do PT", disse.

O relator liberou a indicação política nas agências reguladoras, enquanto emenda do DEM apoiada pelo PR foi aprovada pela comissão especial para acabar com a restrição imposta nas estatais. Os deputados Henrique Fontana (PT-RS) e Fabio Trad (PSD-MS) fizeram recursos para impedir que a votação pela comissão fosse conclusiva - ou seja, que o projeto precisasse passar pelo plenário -, mas esse requerimento foi rejeitado ontem por 202 a 119 e o PL foi dado como aprovado pela Câmara.

Parte da oposição foi contra a aprovação - só o PCdoB defendeu a liberação das indicações políticas - e o PSL do presidente eleito Jair Bolsonaro. "Esse tema é muito complexo, merece a análise do plenário", disse o vice-líder do PSL na Câmara, o deputado delegado Waldir (GO). A sigla, contudo, só tem cinco deputados nesta legislatura e pouco pôde fazer.

O governo Temer não se posicionou em plenário, mas toda sua base votou pela liberação da ingerência política. O PSDB, que tinha a proposta como uma bandeira - o senador Tasso Jereissati (CE) foi autor da Lei de Responsabilidade das Estatais e relator do PL das agências reguladoras - teve só dois votos contra. DEM, PP, MDB, PR, PRB, PP e PTB apoiaram a flexibilização.

Há dois anos, o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) disse que a proposta poderia ser "um marco divisor contra os predadores das estatais brasileiras". Ontem, após perder a reeleição, afirmou em plenário que o princípio deve ser o da "isonomia, desde que a pessoa seja capacitada e honrada".

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/11/2018****Seção: Opinião****Autor: Tatiana Rosito e Larissa Wachholz****Título: As relações do Brasil com a China**

O presidente eleito não está sozinho em relação a outros países quando externa preocupações em relação aos investimentos chineses, tendo em vista o fortalecimento recente nas regras aplicadas a investimentos estrangeiros em grandes economias ocidentais. É importante, contudo, que o Brasil, grande receptor de investimentos estrangeiros, posicione-se nessa questão tendo por base sua própria tradição de moldura regulatória e seu próprio conjunto de interesses domésticos e internacionais, inclusive a importância que os investimentos externos deverão desempenhar no próximo ciclo de crescimento da economia brasileira.

Segundo dados da Unctad, em 2017, a China tinha um estoque de investimentos no exterior de cerca de US\$ 1,5 trilhão, ou 12% de seu PIB. Em valores absolutos, esse estoque é comparável àqueles do Japão e do Reino Unido, embora tenha crescido muito rapidamente nos últimos oito anos. Mas a média da razão entre estoque de investimentos no exterior e PIB no mundo é cerca de 40%, o que coincide com a razão para os Estados Unidos, com estoque de US\$ 7,8 trilhões. Já os estoques de investimentos no exterior da União Europeia representam mais de 65% de seu PIB. Espera-se, portanto, que a China venha a expandir muito mais os seus investimentos no exterior.

O Brasil tem sido um importante destino dos investimentos estrangeiros chineses, mas não o maior. Estima-se que os investimentos chineses no Brasil entre 2003 e 2017 tenham sido de US\$ 55 bilhões. Já os investimentos nos EUA foram de US\$ 175 bilhões, segundo o American Enterprise Institute. Em proporção do PIB, os investimentos no Brasil são maiores, até porque dirigem-se em mais de 80% a setores capital-intensivos, como energia. Mas tem havido nos últimos anos diversificação desses investimentos para setores do agronegócio e serviços, com crescente participação de empresas privadas chinesas. Após queda acentuada em 2018, é de se esperar que, caso se continuem a corrigir as incertezas regulatórias para os investimentos em infraestrutura no Brasil, haja renovado interesse dos chineses em setores de transporte e logística, entre outros.

A preocupação de muitos países com os investimentos chineses deriva não somente de seu rápido crescimento ou do foco em setores intensivos em recursos naturais, mas sobretudo do fato de as estatais chinesas serem as

principais responsáveis por muitos investimentos. Mas no Brasil as estatais chinesas têm jogado de acordo com as regras de mercado e a legislação brasileira, contribuindo para aumentar a competição e também a arrecadação nos leilões de concessões. A lógica dos investimentos chineses no setor com maior concentração, que é o setor elétrico, é eminentemente empresarial e não prescinde de parcerias nacionais e internacionais.

A moldura institucional brasileira de investimentos é bastante aberta e tem servido muito bem ao Brasil. Isso não significa que o país não deva ser vigilante quanto a questões de segurança nacional, inclusive energética. Mas pode valer-se da legislação existente e de uma atuação atenta e fortalecida das agências reguladoras e do próprio Cade, sempre que for o caso e de acordo com o princípio não discriminatório de nação mais favorecida.

Preocupação com os investimentos da China decorre de que eles são feitos por estatais. No Brasil, as estatais chinesas têm jogado de acordo com as regras de mercado e a legislação brasileira, contribuindo para elevar a competição e também a arrecadação nos leilões de concessões

As relações com a China exigem tanto do governo brasileiro quanto de qualquer organização ou empresa que deseje aprofundar seu relacionamento um esforço diferenciado de compreensão e implementação de políticas e linhas de ação. A baixa presença de empresas brasileiras e associações de classe em solo chinês contribui para contínua brecha de conhecimento em relação ao país asiático, embora as principais multinacionais brasileiras lá operem ou estejam representadas.

Houve nos últimos anos, contudo, um incremento na capacidade brasileira de entender e relacionar-se com a China, embora ela ainda esteja longe do ideal. Do lado governamental, há muitas iniciativas que poderiam ser coordenadas sob uma política efetiva, com o fortalecimento do papel do Itamaraty como órgão estratégico sob liderança da vice-presidência da República, no contexto da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Coordenação (Cosban). Do lado privado e da sociedade civil, há dinamismo crescente, incluindo a criação recente de uma rede brasileira de estudos da China, que reúne mais de 170 profissionais, entre acadêmicos, jornalistas, estudantes, advogados, diplomatas, cientistas, consultores, artistas, militares e empresários.

Universidades e think tanks também têm dedicado crescente espaço a temas asiáticos e ao Brics. Ademais, o interesse pelo estudo do mandarim tem avançado e a própria diplomacia brasileira conta hoje com alguns quadros fluentes na língua, algo inexistente há uma década e que é fruto de uma política explícita de formação.

O Brasil dispõe de instrumentos tradicionais (político-diplomáticos) e outros mais recentes (econômico-financeiros, acadêmicos, culturais) para reforçar a defesa dos seus interesses na relação bilateral. Sobressaem atualmente três grandes desafios: reduzir barreiras existentes à entrada dos produtos brasileiros, sobretudo do agronegócio, no mercado chinês, com vistas a consolidar o Brasil como fornecedor estratégico de alimentos no longo prazo para a China, em especial proteína animal; impulsionar parcerias e modelos de negócios em setores relacionados à transição energética e novas tecnologias; implementar coordenação doméstica em prol da facilitação de investimentos, no contexto da necessária ampliação dos investimentos em infraestrutura e logística no Brasil e de transformações como Indústria 4.0 e digitalização, em cenário mais amplo de abertura comercial e reformas microeconômicas.

O diálogo político é norteador e componente fundamental das relações entre o Brasil e a China. Na oportunidade do início de uma nova gestão, o país e as empresas brasileiras poderiam em muito beneficiar-se de uma atuação governamental coordenada, que identifique falhas de mercado, mapeie interesses e trabalhe de forma ativa e coesa para promovê-los, algo não trivial mas que depende essencialmente de liderança. Um esforço bem-sucedido nesse sentido seria um divisor de águas nas relações internacionais do Brasil.

Tatiana Rosito é diplomata e economista, coordenadora do Grupo de Análise sobre China do Cebri e membro do Comitê Consultivo do Cebc.

Larissa Wachholz é sócia da assessoria de investimentos Vallya e sênior fellow do Cebri.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/11/2018

Seção: Especial

Autor: Fabio Graner, Fabio Murakawa e Marcelo Ribeiro | De Brasília

Título: Vamos retomar obras e acelerar concessões, diz futuro ministro

Anunciado ontem como ministro da Infraestrutura do governo Jair Bolsonaro, Tarcísio Freitas disse em breve entrevista ao **Valor** que pretende dar sequência ao programa de licitações em bloco da rede de aeroportos da Infraero.

"A gente vai continuar fazendo concessão dos aeroportos. Vamos prosseguir com a quinta rodada, em que temos 12 aeroportos em três blocos. E a ideia é continuar fazendo licitações por blocos até licitar a rede Infraero inteira", disse. "É claro que isso tudo vai ser estudado, discutido com as equipes, mas a ideia é dar continuidade ao programa de concessão."

O futuro ministro afirmou que pretende "botar fogo" no ministério para fazer andar as concessões não só de aeroportos, mas também de rodovias e ferrovias, além de arrendamentos de terminais portuários.

Em relação ao uso de recursos orçamentários, o ministro anunciado disse que a prioridade é fazer obras que tenham mais sentido para produção, "dentro de uma escala de hierarquia".

"Por exemplo, fazer as pontes da BR-158 no Pará é superimportante, estará lá na frente em termos de hierarquia porque ligam o Nordeste a Mato Grosso, que é onde está a produção, aos terminais da Ferrovia Norte-Sul, essa vai ser a lógica", afirmou.

Ele disse que pretende priorizar obras paradas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de forma a evitar perdas adicionais para o setor público.

Em entrevista coletiva, minutos após ter sido anunciado, Freitas afirmou que a pasta, que teria o status de superministério, será responsável pelas competências que hoje ficam no Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Diferente do planejado inicialmente, a pasta não agregará as atribuições dos ministérios das Cidades, Minas e Energia, Integração Nacional e Comunicações.

"Essa questão do superministério de Infraestrutura era uma ideia inicial. À medida que os estudos vão avançando, vai se percebendo qual é o desenho ótimo. Existem questões que são muito complexas. Há uma diversidade de competências muito grande, há matérias que são de competência local, outras são de competência federal. Então, o arranjo definitivo, na minha visão, é um arranjo ótimo."

"O Ministério da Infraestrutura ou dos Transportes, talvez o nome ainda não esteja fechado, vai lidar com as questões de transportes, aviação civil, portos e transportes terrestres", completou.

Momentos após anunciar o nome de Freitas pelo Twitter, Bolsonaro concedeu entrevista coletiva ao lado do futuro ministro no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), onde funciona o governo de transição, em Brasília.

Após elogiar o auxiliar, o presidente eleito disse que o governo tem que "dar uma resposta" e tocar as mais de mil obras paradas que, segundo ele, há no país.

"Estou muito tranquilo e feliz com essa indicação. Agradeço ele aceitar o convite. Ele sabe que os desafios são enormes", disse.

Questionado sobre as obras que estão paradas por todo o país, Bolsonaro afirmou que Freitas "é a pessoa mais adequada para responder a essas perguntas".

"Nós, como regra, só começaremos uma nova obra se tivermos realmente recursos para concluí-las", afirmou. "Logicamente, nós sabemos da dificuldade orçamentária, mas temos que dar resposta a isso tudo. Não podemos abandonar porque custaria muito caro para nós."

A equipe de transição está fazendo um processo de análise de projetos e obras já iniciadas, sobretudo nos ministérios das Cidades e Integração Nacional, para avaliar possíveis sobreposições e eleger prioridades de execução. Isso ocorre em meio à formatação da nova arquitetura ministerial, que na área de infraestrutura pode acabar na fusão de uma série de pastas.

Os técnicos da transição trabalham com um dado de que hoje no Brasil há cerca de 7 mil obras paralisadas, boa parte delas no âmbito do PAC. A ideia é priorizar a execução de projetos parados, mas dentro de uma lógica que leve em conta não só a restrição fiscal (que limita a capacidade de investimentos do setor público), mas também a possibilidade de uma interação mais direta e menos burocrática sobretudo com as administrações municipais.

A ideia é fechar o desenho preliminar do novo ministério até o dia 5 de dezembro e junto com isso apresentar os projetos que poderão ser tocados pelas secretarias que farão parte da nova pasta.

O que a equipe de transição percebeu até o momento é que há setores que contam com recursos em várias das pastas atuais, o que acaba tirando muito da eficiência da atuação do governo federal, além de reforçar estruturas burocráticas que podem se tornar foco de práticas ruins.

Com base nesse levantamento e cruzamento de projetos e ações que devem ser tomadas as decisões sobre o que efetivamente será priorizado pelo governo de Jair Bolsonaro a partir de janeiro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/11/2018

Seção: Especial

Autor: Fernanda Pires e Estevão Taiar | De São Paulo

Título: Teto de gastos restringe investimentos na área, diz CBIC

A retomada da infraestrutura passa necessariamente pela revisão do teto de gastos públicos, regra que impede a ampliação dos investimentos além da variação da inflação de um ano para o outro, disse o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins. "O Estado perdeu a capacidade de investimento. Enquanto tiver a PEC do teto de gastos, você terá um problema sério", disse ontem no fórum de infraestrutura "E agora, Brasil?", promovido pelo **Valor** e pelo jornal "O Globo" na M&T Expo, feira de máquinas e equipamentos que ocorreu em São Paulo.

O limitador dos investimentos é especialmente ruim diante das necessidades superlativas do Brasil para fechar o fosso que separa o país do século XXI. Segundo Cláudio Frischtak, presidente da Inter.B Consultoria, o Estado precisa investir 4% do PIB por 20 anos para modernizar a infraestrutura básica. Segundo ele, não está incluída nesse cálculo a infraestrutura de fronteira, "que custaria muito mais, de 8% a 9% do PIB por 15 a 20 anos". Neste ano o Brasil deve encerrar com um percentual bem menor do PIB investido: 1,7%. A previsão para 2019 é de 1,6%.

"O novo governo tem ambições muito maiores. Se ele conseguir chegar ao fim do mandato em 4% do PIB, já será um esforço colossal e tem de fazer tudo certo", disse Frischtak.

O estoque de infraestrutura do Brasil caiu nos últimos 30 anos, segundo dados apresentados pelo consultor. Nos anos 80, era de quase 60% do PIB, considerado ideal. Em 2017, foi de 36%. Os maiores hiatos são nas áreas de saneamento e transportes. "Era outra época, em que o Estado comandava, planejava e investia. Essa época passou, teve leve retomada no PAC [Programa de Aceleração do Crescimento] e foi um desastre. A execução pelos entes públicos infelizmente é falha por uma série de circunstâncias, e acho que vamos ter de mudar esse modelo. O problema não é só investir mais, mas investir melhor", disse Frischtak.

A melhora da infraestrutura depende de um receituário de medidas amplamente conhecidas, disse. Envolve planejamento de longo prazo do Estado, e não de governo; aumento do investimento privado; segurança jurídica; reforma e autonomia das agências reguladoras; melhora da regulação existente; financiamento; privatização das estatais; melhor utilização do BNDES, cujos presidentes não têm mandato, e do Programa de Parcerias de Investimento (PPI) - no qual há mandato, mas falta pessoal. Mas não só.

Uma das principais críticas da iniciativa privada é o papel atualmente desempenhado pelos órgãos de controle. "O Tribunal de Contas está se tornando um grande gestor, está gerindo junto com a gente", afirmou Murillo Barbosa, presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP). A

associação representa os TUPs, terminais instalados em área própria, que ficam fora dos portos públicos. Não são, portanto, concessionários de ativos da União. Segundo Barbosa, contudo, as regras definidas pelo TCU para que a agência reguladora de transportes aquaviários (Antaq) aplique aos terminais arrendatários de áreas públicas respingam nos TUPs.

No caso da construção pesada, diz Martins, o órgão de controle "tem de resolver preço, prazo e qualidade. Hoje, está sem responsabilidade da entrega porque o trabalho está focado no meio, e não no fim".

Martins defendeu ainda a mudança do modelo de contratação de construtoras pesadas, sob pena de acontecer novamente um processo de cartelização desvendado pela Lava-Jato. "O modelo foi feito para poucas. Se for mantido, só mudarão os atores e talvez voltemos a ter o mesmo problema, que é a concentração do mercado", disse. Martins questionou a razão de o governo licitar lotes de rodovias extensos, com mais de mil quilômetros, que poucas empresas conseguem atender, em vez de fatiá-los.

Um cenário criticado pela Cbic seria o governo abrir de forma indiscriminada o setor para estrangeiros. "Não dá para vir alguém de fora financiar, trazer o capital e seu fornecedor a tiracolo. Não dá para sermos novamente colonizados, tem de vir aqui em igualdade de condições."

Martins se reunirá amanhã com o vice-presidente eleito da República, general Hamilton Mourão, para expressar apreensão com os planos do novo governo para o setor. "Temos uma preocupação muito grande" com a falta de indicações mais claras sobre as ideias do governo eleito para o segmento, disse Martins, antes de saber da indicação de Tarcísio Freitas para o Ministério da Infraestrutura. Para ele, o governo não pode ficar preso à agenda do ajuste fiscal.

O diretor-executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), Fernando Paes, defendeu que Bolsonaro mantenha a atual política para o setor. Paes destacou principalmente a necessidade de dar continuidade a projetos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), mencionando os leilões da Ferrovia Norte-Sul e da Ferrovia de Integração Oeste-Leste.

A grave crise fiscal, no entanto, não deixa alternativa que não seja justamente a manutenção do modelo de parcerias com a iniciativa privada, de acordo com o executivo. "Não existe outra solução. Os investimentos do setor ferroviário estão decaindo porque estamos na última perna dos contratos. Se não houver renovação das concessões atuais, extensões de prazo, esses investimentos não vão acontecer."

Também o presidente da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), Jorge Bastos, defendeu as prorrogações antecipadas das concessões ferroviárias para deslançar investimentos em vez de esperar o fim do contrato para relícitar o ativo. "Não dá para ficar esperando oito anos", disse, numa referência à data-limite de algumas concessões. Bastos mostrou preocupação com uma eventual extinção da empresa durante o mandato de Bolsonaro. "A EPL é muito mais do que a empresa do trem de alta velocidade, ela é fundamental para o desenvolvimento do país", disse, citando o projeto mais famoso da companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/11/2018

Seção: Especial

Autor: Arícia Martins | De São Paulo

Título: Entidades elogiam o 'conhecimento técnico' do indicado para ministério

A escolha de Tarcísio Gomes de Freitas para o recém-criado Ministério da Infraestrutura foi elogiada pelo setor privado. Segundo executivos de associações empresariais, Freitas tem conhecimento técnico, e sua experiência como secretário de coordenação de projetos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) é um importante diferencial.

"É alguém que já começa muitos pontos na frente", disse César Borges, presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR) e ex-ministro dos Transportes, referindo-se à atuação de Freitas como secretário do PPI. "Ele tem uma visão completa dos projetos de concessões e privatizações, que, agora, devem acelerar", avalia. Segundo o presidente da ABCR, os projetos do programa demoraram a deslançar, mas agora estão maduros e prontos para serem colocados em leilão.

Para Borges, o futuro ministro conhece o setor, tem boa formação profissional e acadêmica e, também, boa relação com o Congresso. Por isso, sua nomeação deve ser positiva para o segmento de infraestrutura, que está otimista com os sinais dados até agora pelo novo governo, tanto em razão das indicações já feitas para o setor quanto pela perspectiva de maior crescimento econômico com a agenda liberal proposta por Bolsonaro.

Venilton Tadini, presidente da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), classifica a nomeação de Freitas como "excelente". "É uma pessoa extremamente competente e dedicada. Ele vai ajudar o processo de governança e agilizar os investimentos", aponta o empresário, que também tem perspectivas melhores para o ano que vem.

De acordo com Tadini, 2019 deve ser um ano de maior crescimento para o setor de infraestrutura, depois de um 2018 ruim, o que credita à falta de projetos e à restrição fiscal, uma vez que os investimentos em infraestrutura dependem de recursos públicos.

Por isso, afirma, é importante que o governo defina um novo pacote de investimentos e tenha boa interlocução com o setor privado, condições que, para ele, serão atendidas pelo novo ministro. "Ele é um bom nome não só pela experiência que já tem nessa atividade, mas também por sua relação com investidores privados", observa.

Freitas já foi diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e é consultor legislativo da Câmara.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/11/2018

Seção: Especial

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Setor terá mapeamento dos projetos a serem tocados nos 100 dias iniciais

A equipe do presidente eleito, Jair Bolsonaro, trabalha nos ajustes finais de um documento sobre os projetos de infraestrutura para o primeiro ano do futuro governo.

Técnicos do Ministério do Planejamento, sob a coordenação do general da reserva do Exército Oswaldo Ferreira, listaram empreendimentos para os primeiros cem dias de gestão, para os primeiros seis meses e para o primeiro ano (até o fim de 2019).

Muitos são projetos a serem concedidos ao capital privado e que começaram a ser estruturados pelo governo do presidente Michel Temer dentro do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

"A estimativa é que os projetos do PPI que vão ficar para 2019 poderão ter investimentos de cerca de R\$ 500 bilhões", disse Bruno Eustáquio Ferreira Castro de Carvalho, servidor do Planejamento e um dos integrantes da equipe de transição. Carvalho atuou no PPI antes da nova função.

Os planos incluem concessões de parques nacionais de preservação ambiental para que a iniciativa privada possa explorá-los de forma sustentável. Há também projetos de energia renovável, de concessão de aeroportos, rodovias e portos, segundo Carvalho.

O documento em elaboração pela equipe de Bolsonaro se chama "Mais Infraestrutura, Mais Brasil" e deve ficar pronto nos próximos dias.

Entre os projetos já previstos pelo atual governo para 2019, estão leilões de aeroportos, rodovias, da ferrovia Norte-Sul, de terminais portuários e de óleo e gás.

Um dos pontos que a nova equipe espera ver concretizado nos primeiros cem dias do governo Bolsonaro é a concessão de uma área de mineração no Estado de Tocantins. Trata-se de uma área que pertence à União no município de Palmeirópolis, onde há presença de cobre, zinco, ouro e outros metais. O valor estimado do ativo é de R\$ 280 milhões. O plano de cedê-lo à iniciativa privada foi desenvolvido no atual governo. Há outras três áreas para exploração mineral a serem cedidas e que também ficarão para a gestão Bolsonaro.

O "Mais Infraestrutura, Mais Brasil" é definido pela equipe como um mapeamento dos desafios e oportunidades na área de infraestrutura para o próximo governo. Uma das propostas em estudo pelo time da infraestrutura diz respeito a mudanças no processo de licenciamento ambiental. "O processo de licenciamento precisa ser transparente e previsível", diz Carvalho.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/11/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Light em queda

As ações ordinárias da Light fecharam em queda de 10,1% ontem, a R\$ 15,49, após seu bloco de controle, incluindo a Cemig, informar a desistência da oferta subsequente de ações da controlada. O **Valor** apurou que a decisão foi motivada pelo preço oferecido pela GP Investments para ancorar a oferta, considerado baixo. A Cemig teria exigido preço maior, pois a GP propôs a operação quando os papéis estavam em patamar inferior. Quando o anúncio formal da possível ancoragem foi feito, em 16 de agosto, as ações da Light fecharam em R\$ 13,35. Até o fechamento de segunda-feira, a alta acumulada era de 29%, para R\$ 17,23.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/11/2018****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: EDF firma acordo com Braskem por 20 anos**

A EDF Renewables do Brasil, subsidiária brasileira do braço de investimentos do grupo francês EDF em energias renováveis, fechou contrato de fornecimento de energia de longo prazo com a Braskem. O acordo, que prevê o suprimento de energia por 20 anos, tem valor de R\$ 400 milhões, ao longo do período, e viabilizará a construção de um parque eólico de 33 megawatts (MW) de capacidade instalada da EDF no interior da Bahia.

Segundo o diretor presidente da EDF Renewables no Brasil, Paulo Abranches, esse tipo de contrato, o primeiro de compra e venda de energia no longo prazo firmado pela companhia no mercado livre brasileiro, deve ser uma tendência no país nos próximos anos. "O mercado regulado está cada vez mais complexo, com muita competitividade. Vimos preços nunca vistos. A EDF está entrando forte neste mercado [livre]. Penso que isso é uma virada no setor", disse o executivo.

Outra tendência, segundo ele, é a busca de grandes consumidores industriais de energia por contratos de comercialização de energia a partir de fontes limpas.

Segundo o diretor de Energia da Braskem, Gustavo Checcucci, esse é um dos três pilares da estratégia de contratação de energia de longo prazo de fontes renováveis da petroquímica, permitindo à empresa reduzir as emissões em 325 mil toneladas de CO₂, durante o período do contrato. Os outros dois são o preço competitivo da fonte eólica e o desenvolvimento socioeconômico do interior da Bahia, a partir da construção da usina.

"Este é o primeiro contrato que estamos fazendo. Nossa tendência é ampliar esse escopo não só com energia eólica", disse Checcucci, acrescentando que a empresa também pode avançar futuramente na contratação de energia solar.

Segundo o executivo, a companhia ainda estuda a possibilidade de fechar um ou dois novos contratos semelhantes ao firmado com a EDF, no próximo ano.

Brasil será fundamental na estratégia da EDF de dobrar capacidade de fontes renováveis até 2030, diz Abranches

O novo parque eólico faz parte da primeira fase do complexo de Folha Larga, da EDF Renewables do Brasil, que está sendo construído em Campo Formoso, a 350 km a noroeste de Salvador. Do ponto de vista comercial, o complexo é considerado "híbrido", por envolver contratos do mercado livre, como o firmado com a Braskem, e do regulado, por meio de leilões de energia promovidos pelo governo.

Ao todo, a subsidiária da EDF tem uma carteira de aproximadamente 400 MW de capacidade instalada de projetos eólicos contratados para serem construídos no Brasil, que exigirão investimentos da ordem de R\$ 2 bilhões. A empresa está trabalhando na estruturação do financiamento dos projetos e prevê iniciar as obras em 2019.

Além desses projetos, a companhia já possui quase 600 MW de capacidade instalada em operação no Brasil, sendo 400 MW relativos ao complexo solar de Pirapora, em Minas Gerais, e pouco menos de 200 MW em outro complexo eólico na Bahia. Segundo Abranches, ao todo, a EDF Renewables já investiu cerca de R\$ 3 bilhões no Brasil, desde sua chegada ao país, há três anos.

Com relação ao complexo de Pirapora, está prevista para as próximas semanas a conclusão do acordo de venda de uma fatia no empreendimento para a Omega Geração. A EDF Renewables, que possui hoje, 80% do complexo, terá sua participação reduzida para 50%. A outra metade ficará com a Omega, que também irá adquirir os 20% da Canadian Solar no empreendimento.

De acordo com o executivo, o Brasil será fundamental na estratégia do grupo EDF de duplicar a capacidade instalada de fontes renováveis entre 2015 e 2030, atingindo 50 gigawatts (GW) ao fim do período. "O Brasil é um país que vai participar de maneira significativa para essa ambição do grupo", disse Abranches.

Questionado sobre a expectativa com relação ao futuro governo, de Jair Bolsonaro, em 2019, ele contou que tem perspectiva otimista. "O que precisamos é de previsibilidade e de movimentos que não sejam muito bruscos. Os agentes podem se adaptar a um novo quadro, novo cenário econômico e regulatório. Mas precisamos efetivamente que seja previsível", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/11/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Petrobras e Shell vão inaugurar laboratório

Duas das principais petroleiras que atuam no pré-sal brasileiro, a anglo-holandesa Shell e a Petrobras investiram R\$ 117 milhões na construção de um laboratório de recuperação avançada de petróleo (LRAP), na Coppe/UFRJ. A unidade, que já iniciou as operações e será inaugurada oficialmente nesta quinta-feira, tem o objetivo de investigar técnicas avançadas para viabilizar o aumento do fator de recuperação de óleo em rochas carbonáticas do pré-sal brasileiro.

Do total aportado, a Shell destinou R\$ 107 milhões e a estatal brasileira, R\$ 10 milhões. Os recursos fazem parte do programa compulsório de investimentos das petroleiras em pesquisa e desenvolvimento (P&D), gerenciado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

De acordo com o professor da Coppe/UFRJ Paulo Couto, coordenador do LRAP, o fator de recuperação de óleo nos reservatórios no Brasil é de apenas 21%, enquanto a média mundial é de 35%. "Na Noruega, por exemplo, existem casos de recuperação de 70%", disse. Segundo ele, um aumento de apenas um ponto percentual na taxa de recuperação das rochas brasileiras representará US\$ 11 bilhões em royalties, gerando um aumento das reservas brasileiras em 22 bilhões de barris e novos investimentos da ordem de R\$ 16 bilhões.

"Se você puder aumentar [o fator de recuperação], em 1%, 2% ou 3%, o Brasil estará recebendo mais petróleo com os mesmos campos. Isso é uma questão de desenvolvimento sustentável com recursos brasileiros", destacou a gerente do Programa de Recuperação Avançada de Petróleo da Shell Brasil, Frances Abbots. "O que queremos é criar aqui um centro de referência mundial em reservatórios carbonáticos. São reservatórios muito complexos", completou ela.

A formação do laboratório teve início de 2014, quando o projeto ainda era realizado em parceria com a BG, petroleira britânica adquirida pela Shell em 2016. Segundo Couto, devido à complexidade dos fluidos e das rochas na camada pré-sal, os equipamentos dos laboratórios são muito específicos e, por isso, a construção levou mais tempo.

"São equipamentos que reproduzem as mesmas condições de pressão e temperatura que nós encontramos nos reservatórios do pré-sal. Esses equipamentos podem trabalhar com os mesmos fluidos que estão dentro do reservatório. São fluidos muito agressivos e que requerem materiais muito específicos para que possam ser trabalhados", explicou Couto.

Entre os equipamentos do LRAP está uma estufa para medição de permeabilidade relativa, equipada com escâner de raios-x, que permite produzir imagens do deslocamento de petróleo dentro da rocha, em condições de

laboratório. Este é o segundo equipamento do tipo no mundo. O outro está localizado em Edimburgo, na Escócia.

"O laboratório nos instrumentaliza na direção correta para enfrentarmos as complexidades do pré-sal", afirmou o diretor de Tecnologia e Inovação da Coppe/UFRJ, Fernando Rochinha. Segundo ele, a unidade terá grande contribuição para a formação de conhecimento e qualificação de alunos e pesquisadores, além de ser importante elo no âmbito das parcerias da Coppe com grandes empresas e startups para o desenvolvimento tecnológico e da indústria 4.0.

Ao todo, até o momento, o laboratório conta com 50 profissionais entre professores, pesquisadores, técnicos, pós-doutores, alunos de graduação, mestrado e doutorado e engenheiros.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/11/2018

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Resolução do RenovaBio prevê mudança em cálculo de 'pegada de carbono'

SÃO PAULO - A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) publicou hoje no Diário Oficial da União (DOU) a regulamentação da certificação dos biocombustíveis para participação no programa RenovaBio, em que prevê ainda mais mudanças na forma de calcular a "pegada de carbono" dos produtores.

A norma (resolução 758) prevê que os agentes interessados no programa poderão propor mudanças nos parâmetros de cálculo da intensidade de carbono — medida que servirá de parâmetro para a atribuição da quantidade de Certificados de Descarbonização (CBios) que cada produtor de biocombustível poderá vender.

Um grupo técnico formado por membros do **Ministério de Minas e Energia** e representantes do setor privado já elaboraram uma calculadora, a RenovaCalc. O modelo, disponível no site da ANP, atribui uma nota de eficiência energética (de intensidade de carbono) conforme dados do processo de produção do biocombustível que são inseridos na calculadora. As propostas deverão ser avaliadas por esse grupo técnico.

Não foi incluído neste modelo o impacto de mudanças diretas ou indiretas do uso da terra sobre as emissões de carbono. Em contrapartida, a regulamentação

veta a participação de biomassas de áreas onde houve desmatamento de vegetação nativa, mesmo que em conformidade com a legislação ambiental.

Segundo a norma, só poderá participar do RenovaBio o biocombustível oriundo de área onde não tenha ocorrido desmatamento de vegetação nativa a partir de hoje (27 de novembro), data da publicação da regulamentação. Desmatamentos ocorridos entre a promulgação da lei do RenovaBio (dezembro de 2017) e hoje deverão ter ocorrido segundo as normas ambientais vigentes.

Será permitida, porém, a participação de biomassas oriundas de áreas onde eventualmente tenha ocorrido o corte de árvore isolada, desde que de acordo com a legislação.

Além disso, os produtores podem não incluir uma parcela da biomassa no processo de certificação.

Ainda de acordo com a resolução, os produtores terão que ter Cadastro Ambiental Rural (CAR) ativo ou pendente. Os produtores também terão que atender ao zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar (no caso do etanol produzido da cana) e ao zoneamento agroecológico para a cultura da palma de óleo (no caso do biodiesel da palma), a não ser que já tenham ocupado a área atual antes do início da vigência dos zoneamentos.

Para os biocombustíveis importados, a exigência é que os produtores tenham atendido à legislação ambiental vigente no país de origem.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/11/2018

Seção: Finanças

Autor:

Título: Destaques

Recompra de bônus da Vale

A Vale aceitou US\$ 1 bilhão em ofertas de recompra de bônus externos, dentro do prazo de aquisição antecipada. A companhia tinha proposto recomprar até cinco papéis, mas no fim acabou aceitando as ofertas para apenas dois deles. Foram recomprados US\$ 400 milhões do bônus para 2022 e US\$ 600 milhões do bônus para 2036. **(Silvia Rosa)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/11/2018****Seção: Legislação e Tributos****Autor: Beatriz Olivon | De Brasília****Título: Petrobras sofre nova derrota em disputa bilionária no Carf**

A Petrobras sofreu ontem, no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), nova derrota na discussão bilionária sobre aluguel de plataformas petrolíferas. A 2ª Turma da 4ª Câmara da 3ª Seção manteve integralmente uma cobrança de PIS/Cofins no valor de R\$ 2,22 bilhões e a maior parte de uma outra, de R\$ 4,97 bilhões, que trata de Cide. São, ao todo, três decisões desfavoráveis em turmas da primeira instância do órgão.

A questão ainda será definida pela Câmara Superior do órgão - última instância do tribunal administrativo. É uma das discussões mais importantes para a Petrobras. Desde 2008, segundo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), são quase R\$ 80 bilhões em autuações fiscais só contra a companhia.

A empresa traz um valor bem menor em seu Formulário de Referência de 2018. No montante de R\$ 43 bilhões estariam incluídos apenas os processos mais relevantes e que estão no Carf, além de um que já foi levado ao Judiciário - uma tese paralela sobre cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aluguel de plataformas móveis que não foram consideradas embarcações e foram tributadas.

A Receita Federal autuou a Petrobras e outras companhias do setor por discordar da forma de contratação dos serviços de exploração marítima de petróleo. Normalmente, costuma-se separar em dois contratos, um para o aluguel (afretamento) de embarcações e outro para a prestação de serviços de perfuração, exploração e prospecção - geralmente firmado com subsidiária do fornecedor estrangeiro.

Como o afretamento não é tributado, geralmente corresponde ao maior valor do negócio. A partir de 2014, porém, a Lei nº 13.043 passou a estipular um percentual máximo para a alocação de receitas em cada contrato.

As duas autuações julgadas ontem cobram diferentes tributos - Cide do ano de 2012 em uma delas e PIS e Cofins sobre valores de 2010 na outra - pelo mesmo motivo (processos nº 16682.722898/2016-54 e nº 16682.720837/2014-91). No julgamento, prevaleceu o voto divergente do conselheiro Rodrigo Mineiro Fernandes, representante da Fazenda. Os relatores dos processos, que eram representantes dos contribuintes, ficaram vencidos.

Para Fernandes, a divisão em contratos de afretamento e serviços é permitida pela legislação aduaneira brasileira, desde que reflita a realidade da operação contratada, o que não ocorreu no caso. Ele entendeu que o negócio apresentado pela Petrobras foi simulado.

Os relatores vencidos consideraram a divisão legítima e prevista na legislação aduaneira brasileira para o desempenho da atividade petrolífera. O conselheiro Diego Diniz Ribeiro, representante dos contribuintes, afirmou que cabe à fiscalização provar que houve simulação no rateio feito entre o contrato de afretamento e o de prestação de serviços, o que não teria ocorrido no caso. "Se o rateio não é adequado, que a fiscalização faça prova do que seria um rateio adequado", afirmou.

Por cinco votos a três, os conselheiros decidiram manter a parte principal das autuações fiscais. Apenas afastaram a inclusão do IRRF na base de cálculo da Cide. A 1ª Turma da 4ª Câmara da 3ª Seção ainda irá julgar a mesma tese em outros processos em janeiro.

A maioria dos precedentes na esfera administrativa é contrária aos contribuintes. Nos últimos cinco anos, foram 15 derrotas em 18 dos julgamentos realizados na primeira instância do Carf. Entre os precedentes favoráveis está um caso envolvendo a Shell Brasil Petróleo (processo nº 10872.720149/2016-79), julgado pela 1ª Turma da 3ª Câmara da 3ª Seção no começo do ano.

A Petrobras só obteve decisão favorável em um processo sobre IRRF. Para a Cide, o precedente é contrário. Em 2016, a 2ª Turma da 3ª Câmara da 3ª Seção manteve a maior parte de uma cobrança de R\$ 1,98 bilhão, referente a 2010. Foi afastado apenas o Imposto de Renda da base de cálculo da contribuição.

De acordo com o tributarista Cassio Sztokfisz, do Schneider, Pugliese Advogados, a tese envolve a maneira como o setor organiza seus negócios. A manutenção das autuações, quando a tese for julgada pela Câmara Superior, poderá afetar a forma de contratação e os custos. "Isso vai acabar aumentando o custo das operações e pode impactar a cadeia do petróleo", diz.

O advogado lembra que as turmas podem ter diferentes interpretações e que cabe à Câmara Superior definir a questão. Para ele, ainda falta um critério para a Receita desconsiderar a divisão dos contratos. "A Receita teria que comprovar, por algum parâmetro, que não há divisão correta na contratação para descaracterizar a fatia de afretamento."

A Petrobras pretende recorrer das decisões. A PGFN também vai apresentar recurso, sobre a exclusão do IRRF da base de cálculo da Cide. O entendimento, segundo o órgão, contraria a jurisprudência da 3ª Turma da Câmara Superior.

MME / ASCOM .